

NOTA METODOLÓGICA *

William I. THOMAS
&
Florian ZNANIECKI

[Parte I (p. 1-35)]

I.1. - Uma das mais importantes características da evolução social é a crescente importância que uma técnica consciente e racional tende a assumir na vida social. Estamos cada vez menos dispostos a deixar qualquer processo social acontecer sem nossa ativa interferência e nos sentimos cada vez mais insatisfeitos com qualquer interferência ativa baseada no mero capricho de um indivíduo ou de um corpo social ou em generalizações filosóficas, religiosas ou morais preconcebidas.

I.2. - Os admiráveis resultados alcançados por uma técnica racional na esfera da realidade material convidam-nos a aplicar alguns procedimentos análogos à realidade social. Nosso sucesso em controlar a natureza dá-nos a confiança de que deveremos eventualmente ser capazes de controlar o mundo social na mesma medida. Nossa real ineficiência nesse campo deve-se não a qualquer limitação fundamental de nossa razão, mas simplesmente ao fato histórico de que a atitude objetiva em relação à realidade social é uma aquisição recente.

I.3 - Enquanto nossa compreensão de que a natureza somente pode ser controlada quando a tratamos como independente de qualquer ato imediato de nossa vontade ou de nossa razão tem quatro séculos, nossa confiança na "legislação" e na "persuasão moral" mostra que essa idéia ainda não é geralmente compreendida em relação ao mundo social. Mas a tendência para o controle racional está crescendo também neste campo e constitui no presente momento uma insistente demanda feita às ciências sociais.

I.4 - Esta demanda de um controle racional resulta da rapidez crescente da evolução social. As formas antigas de controle baseavam-se na suposição de uma estabilidade essencial de toda a estrutura social e somente eram efetivas à medida que essa estabilidade era real. Numa organização social estável, / 2 / há tempo suficiente para se desenvolver de um modo puramente empírico, por meio de inumeráveis experimentos e fracassos, meios de controle aproximadamente suficientes em relação aos fenômenos sociais comuns e frequentes, enquanto os erros cometidos no tratamento dos fenômenos incomuns e raros poucas vezes afetam a vida social de uma tal maneira que coloque em perigo a existência do grupo; se o fazem, então a catástrofe é aceita como incompreensível e inevitável. Assim, – para dar um exemplo – a comunidade camponesa polonesa desenvolveu durante muitos séculos complicados sistemas de crenças e de regras de comportamento suficientes para controlar a vida social sob circunstâncias ordinárias e a coesão do grupo e a persistência de seu corpo de membros componentes são suficientemente fortes para resistir passivamente à influência de eventuais ocorrências extraordinárias, embora não haja nenhum método

* Publicado originalmente com o título: "Methodological Note", [cap. inicial] págs. 1-86, de: William I. Thomas & Florian Znaniecki - *The Polish Peasant in Europe and America* - Vol. I - Dover Publications, N. York, 1958 (reimpressão da edição reorganizada lançada pela Knopf, N. York, 1927; edição original: vols. I-II: The University of Chicago Press, Chicago, 1918; vols I-V: Richard Badger/Gorham Press, Boston, 1918-20).

adequado para enfrentá-las. E se a crise é demasiado séria e a antiga unidade ou prosperidade do grupo se rompe, isto é comumente tratado de início como resultado de forças superiores contra as quais nenhuma luta é possível.

I.5 - Mas quando, devido ao rompimento do isolamento do grupo e seu contato com um mundo mais complexo e fluido, a evolução social torna-se mais rápida e as crises mais frequentes e variadas, não há tempo para a mesma elaboração gradual, empírica e não metódica dos meios de controle aproximadamente adequados e nenhuma crise pode ser suportada passivamente, mas cada uma deve ser enfrentada de um modo mais ou menos adequado, pois são demasiado variadas e frequentes para não colocarem em perigo a vida social a menos que controladas a tempo. A substituição de uma rotina semi-consciente por uma técnica consciente tornou-se, portanto, uma necessidade social, embora seja evidente que o desenvolvimento dessa técnica somente poderia ser gradual e que mesmo agora encontramos nela muitas idéias e métodos implícitos ou explícitos que correspondem a estágios do pensamento humano que se sucederam há centenas ou mesmo milhares de anos. / 3 /

I.6 - A mais antiga, porém, mais persistente forma de técnica social é aquela de “ordenar e proibir” – ou seja, enfrentar uma crise por meio de um ato de vontade que decreta o desaparecimento do fenômeno indesejável ou o aparecimento dos fenômenos desejáveis e usando a ação física arbitrária para fazer cumprir o decreto. Esse método corresponde exatamente à fase mágica da técnica natural. Em ambos, pensa-se mais ou menos conscientemente que os meios essenciais para produzir um determinado efeito residem no próprio ato de vontade pelo qual o efeito é decretado como desejável e do qual a ação é meramente um veículo ou instrumento indispensável; em ambos, o processo pelo qual se supõe que a causa (ato de vontade e ação física) leva seu efeito à realização permanece fora do âmbito da investigação; em ambos, finalmente, se o resultado não é alcançado, introduz-se algum novo ato de vontade com novos acessórios materiais, ao invés de se tentar encontrar e eliminar as causas perturbadoras. Um bom exemplo disso no campo social é o procedimento legislativo típico de hoje em dia.

I.7 - Frequentemente acontece, tanto na magia como na técnica de ordenar e proibir, que os meios pelos quais o ato de vontade é ajudado são realmente efetivos e, assim, o resultado é alcançado, mas, como o processo de causação, sendo desconhecido, não pode ser controlado, o sucesso é sempre mais ou menos acidental e depende da estabilidade das condições gerais; quando essas mudam, o efeito pretendido deixa de aparecer, o sujeito é incapaz de dar conta das razões do fracasso e somente pode tentar, por adivinhação, algum outro meio. E ainda mais frequente do que esse sucesso acidental é o resultado de que a ação traga algum efeito, mas não o efeito desejado.

I.8 - Há, realmente, uma diferença entre a técnica de ordenar e proibir e a magia. Na vida social, um ato de vontade expresso pode ser, algumas vezes, uma causa real, quando a pessoa ou o corpo do qual ele emana tem uma autoridade / 4 / particular aos olhos daqueles a quem a ordem ou a proibição se aplica. Mas isso não muda a natureza da técnica enquanto tal. O prestígio dos governantes, eclesiastas e legisladores era uma condição que tornava um ato de vontade uma causa eficiente sob os antigos regimes, mas ela perde seu valor nas modernas organizações, parcial ou completamente republicanas.

I.9 - Uma técnica mais efetiva, baseada no “senso comum” e representada pela sociologia “prática”, originou-se naturalmente naquela linha de ação social em que ou não havia lugar para medidas legislativas ou em que o *hoc volo, sic jubeo* * mostrou-se demasiado evidentemente ineficiente – nos negócios, na caridade e na filantropia, na diplomacia, na associação pessoal etc. Aqui, de fato, o ato de vontade sendo reconhecido como ineficiente na orientação dos processos causais, buscaram-se as causas reais de cada

* Em latim no original: “Assim quero, assim ordeno”. (N. do T.)

fenômeno e se fez um esforço para controlar os efeitos por meio de ação sobre as causas e, embora se seja com frequência em parte bem sucedido, muitas falácias estão implicitamente envolvidas nessa técnica; há ainda muitas características de um empirismo desorganizado, tentando chegar à causa real por meio de uma seleção bastante casual de diversas possibilidades, orientada somente por uma reflexão grosseira e popular, e suas deficiências tendo de ser mostradas e eliminadas, se um método novo e mais eficiente de ação deva ser introduzido.**

I.10 - A primeira dessas falácias tem sido exposta frequentemente. É a suposição latente ou manifesta de que conhecemos a realidade social porque vivemos nela e que podemos considerar como certas as coisas e relações com base em nossa familiaridade empírica com elas. A atitude aqui é aproximadamente a mesma que na antiga suposição de que conhecemos o mundo físico porque vivemos e agimos nele e que, portanto, temos o direito de generalizar sem uma investigação especial e completa, com a mera base do “senso comum”. A história da ciência física oferece-nos muitos bons exemplos dos resultados aos quais o senso comum pode levar, tais como o / 5 / sistema geocêntrico da astronomia e as idéias medievais a respeito do movimento. E é fácil mostrar que nem mesmo a mais ampla familiaridade individual com a realidade social, nem mesmo o mais evidente sucesso da adaptação individual a essa realidade pode oferecer qualquer garantia séria da validade das generalizações do senso comum.

I.11 - De fato, a esfera do indivíduo de familiaridade prática com a realidade social, por mais vasta que possa ser, quando comparada com a dos outros, é sempre limitada e constitui somente uma pequena parte da complexidade total dos fatos sociais. Normalmente se estende por somente uma sociedade, com frequência por somente uma classe dessa sociedade; podemos chamar essa limitação de limitação exterior. Além disso, há uma limitação interior, ainda mais importante, devida ao fato de que, entre todas as experiências com que o indivíduo se defronta no interior da esfera de sua vida social, uma grande parte, talvez a maior, fica despercebida, nunca se tornando uma base das generalizações de senso comum. Essa seleção das experiências é o resultado do temperamento individual, por um lado, e do interesse individual, por outro. Em qualquer caso, operam-se inclinações de temperamento ou considerações práticas, a seleção é subjetiva – ou seja, válida somente para esse indivíduo particular nessa posição social particular – e por esse meio é muito diferente da, e incomensurável com, a seleção que um cientista faria em face do mesmo corpo de dados com base em um ponto de vista objetivo e impessoal.

I.12 - Tampouco é o sucesso prático do indivíduo no interior de sua esfera de atividade uma garantia de seu conhecimento das relações entre os fenômenos sociais que é capaz de controlar. Naturalmente, deve haver alguma validade objetiva em seus esquemas dos fatos sociais – de outra forma ele não poderia viver em sociedade – mas a verdade desses esquemas é sempre somente uma aproximação grosseira e está misturada com um enorme montante de erro. Quando supomos que uma / 6 / adaptação bem sucedida do indivíduo a seu ambiente é uma prova de que conhece seu ambiente inteiramente, esquecemos de que há graus de sucesso, que o padrão do sucesso é em larga medida subjetivo e que todos os padrões de sucesso aplicados à sociedade humana podem ser – e realmente são – muito baixos, porque levam em consideração um número muito grande de fracassos parciais, cada um dos quais denota um ou muitos erros. Dois elementos são encontrados em proporções variáveis em cada adaptação; um é o controle efetivo exercido sobre o ambiente; o outro é o das pretensões que esse controle serve para satisfazer. A adaptação pode ser perfeita ou devido ao controle particularmente bem sucedido e amplo ou devido às pretensões particularmente limitadas. Sempre que o controle no interior do âmbito dado das pretensões se mostra

** Até este parágrafo a tradução contou com a colaboração de Paulo Henrique Pereira, a quem o tradutor manifesta aqui sua gratidão.

insuficiente, o indivíduo ou o grupo pode ou desenvolver um controle melhor ou limitar as pretensões. E, de fato, em toda atividade o segundo método, de adaptação por meio de insucessos, desempenha um papel muito importante. Assim, o conhecimento que tem o indivíduo de seu ambiente pode ser considerado como real somente nas questões particulares em que efetivamente ele o controla; seus esquemas podem ser verdadeiros somente à medida que são perfeita e absolutamente bem sucedidos. E, se lembrarmos quanto do sucesso prático se deve a mero acaso ou sorte, mesmo esse número limitado de verdades se torna duvidoso. Finalmente, as verdades que resistem ao teste da prática individual são sempre esquemas do concreto e singular, como são as situações em que o indivíduo se encontra.

I.13 - Desse modo, a familiaridade com os dados sociais e o conhecimento das relações sociais que adquirimos na prática são sempre mais ou menos subjetivos, limitados tanto em número como em generalidade. Daí vem o fato bem conhecido de que a parte realmente valiosa da sabedoria prática adquirida pelo indivíduo durante sua vida é incomunicável – não pode ser enunciada em termos gerais; todo mundo precisa adquiri-la novamente / 7 / por uma espécie de aprendizado da vida – ou seja, aprendendo a selecionar experiências de acordo com as exigências de sua própria personalidade e a construir para seu próprio uso esquemas particulares das situações concretas que encontra. Assim, todas as generalizações que constituem a teoria social do senso comum e baseadas na experiência individual são insignificantes e sujeitas a inúmeras exceções. Uma sociologia que as aceite condena-se necessariamente a permanecer no mesmo estágio metodológico e uma prática baseada nelas deve ser tão insegura e cheia de insucessos quanto é a atividade de todo indivíduo.

I.14 - Ora, sempre que essa sociologia “prática” se esforça para superar o nível das generalizações populares por meio do estudo da realidade social ao invés de confiar na experiência individual, ainda preserva o mesmo método que o do indivíduo em sua reflexão pessoal; a investigação sempre acontece numa referência imediata a metas práticas e os padrões do que é desejável e indesejável são a base sobre a qual os problemas teóricos são abordados. Esta é a segunda falácia da sociologia prática e os resultados do trabalho com base nesse ponto de vista são totalmente desproporcionais em relação aos enormes esforços que foram recentemente utilizados na coleta e elaboração de materiais preparatórios para reformas sociais. O exemplo da ciência física e da técnica material deveria ter mostrado desde há muito tempo que somente uma investigação científica, que seja completamente livre de qualquer dependência da prática, pode se tornar praticamente útil em suas aplicações. Naturalmente, isso não significa que o cientista não deva selecionar para investigação problemas cujas soluções tenham importância prática efetiva; o sociólogo pode estudar o crime ou a guerra assim como o químico estuda substâncias para tintura. Mas todas as considerações práticas devem ser excluídas do método do próprio estudo se quisermos que os resultados sejam válidos. E isso ainda não foi compreendido pela sociologia prática. / 8 /

I.15 - O ponto de vista usual, aqui, é aquele de uma norma explícita ou implícita com a qual a realidade deve concordar. A norma pode ser intrínseca à realidade, como quando se presume que o estado de coisas tradicional ou costumeiro efetivamente predominante é normal; ou pode ser extrínseca, como quando padrões morais, religiosos ou estéticos são aplicados à realidade social e se constata que o estado de coisas predominante está em desacordo com a norma, e nessa medida é anormal. Mas essa diferença não tem nenhuma importância essencial. Nos dois casos supõe-se que o normal, ao concordar com a norma, seja conhecido ou por familiaridade prática ou por alguma espécie particular de evidência racional ou irracional; supõe-se que o problema se situa no anormal, no desacordo com a norma. No primeiro caso, o anormal é o excepcional, no segundo caso é o usual, enquanto que o normal constitui uma exceção, mas o método geral de investigação permanece o mesmo.

I.16 - Não há dúvida de que as aplicações de normas à realidade tiveram um mérito histórico; a investigação foi estimulada dessa maneira e o “anormal” se tornou o primeiro objeto de estudos empíricos. É o observador moralmente indignado do vício e do crime e o reformador político idealista quem inicia investigações positivas. Mas tão logo a investigação se inicie, tanto a indignação como o idealismo devem ser postos de lado. Pois, ao tratar certo corpo de materiais como representando o normal, outro corpo de materiais como representando o anormal, introduzimos imediatamente uma divisão que é necessariamente artificial; pois, se esses termos têm um significado, ele somente pode ser determinado com base na investigação e o critério de normalidade deve ser tal que nos permita incluir no normal não apenas um certo estágio determinado da vida social e uma classe limitada de fatos, mas também a série total de diferentes estágios pelos quais passa a vida social e a variedade total dos fenômenos sociais. A definição *a priori* de um grupo de fatos que vamos começar a investigar como / **9** / anormais tem duas consequências imediatas. Primeiro, nossa atenção é voltada para aqueles fatos que parecem os mais importantes praticamente, como sendo os mais conspicuamente contrários à norma e mais insistentemente demandando reforma. Mas as coisas que são praticamente importantes podem ser completamente insignificantes teoricamente e, pelo contrário, aquelas que parecem não ter nenhuma importância do ponto de vista prático podem ser a fonte de importantes descobertas científicas. O valor científico de um fato depende de sua conexão com outros fatos e, em relação a isso, os fatos mais corriqueiros são com frequência precisamente os mais valiosos, enquanto que um fato que impressiona a imaginação ou incita o sentimento moral pode ser realmente ou isolados ou excepcionais, ou tão simples que dificilmente envolvem quaisquer problemas. Mais uma vez, ao separar o anormal do normal, nos privamos da oportunidade de estudá-los em suas conexões uns com os outros, embora apenas nessa conexão o seu estudo possa ser inteiramente frutuoso. Não há quebra de continuidade entre o normal e o anormal na vida concreta que possa permitir qualquer separação exata dos corpos correspondentes de materiais e a natureza do normal e do anormal enquanto determinada por abstração teórica somente pode ser perfeitamente compreendida com a ajuda da comparação.

I.17 - Mas há outras consequências dessa falácia. Quando a norma não é um resultado mas um ponto de partida da investigação, como é neste caso, todo hábito ou costume prático, cada concepção moral, política e religiosa pretende ser *a* norma e que se trate como anormal o que quer que seja que não concorde com ela. O resultado é prejudicial tanto na prática como na teoria. Na prática, como a história mostra e como vemos a todo momento, uma técnica social baseada em normas pré-existentes tende a suprimir todas as energias sociais que parecem agir de um modo contrário às exigências da norma e a ignorar todas as energias sociais não incluídas na esfera incluída pela / **10** / norma. Isso limita ainda mais a importância prática da técnica e com frequência torna-a simplesmente prejudicial ao invés de útil. Em teoria, uma sociologia que use normas como sua base se priva da possibilidade de compreender e controlar quaisquer fatos importantes da evolução social. De fato, todo processo social de real importância sempre inclui uma mudança das próprias normas, não apenas da atividade incluída pelas normas. Tradições e costumes, moralidade e religião passam por uma evolução que é cada vez mais rápida e é evidente que uma sociologia que proceda com base na suposição de que uma certa norma é válida e que o que quer que seja que não concorde com ela é anormal se acha absolutamente desamparada quando de repente compreende que essa norma perdeu toda significação social e que alguma outra norma apareceu em seu lugar. Esse desamparo é particularmente impressionante em momentos de grande crise social quando a evolução das normas se torna excepcionalmente rápida. Notamos isso, por exemplo, com particular nitidez durante a presente guerra, quando todo o sistema individualista de normas elaborado durante os dois últimos séculos começou a

retroceder diante de um sistema bastante diferente, que pode ser um socialismo de Estado ou alguma coisa completamente nova.

I.18 - A terceira falácia da sociologia de senso comum é a suposição implícita de que qualquer grupo de fatos sociais pode ser tratado teórica e praticamente num isolamento arbitrário do resto da vida da sociedade dada. Essa suposição é talvez inconscientemente extraída da forma geral de organização social, em que o isolamento real de certos grupos de fatos é um resultado das exigências da vida prática. Em qualquer setor de atividade humana organizada, somente ações de certa espécie são usadas e se supõe que somente irão tomar parte nesta organização particular aqueles indivíduos que sejam capazes de (e estejam dispostos a) desempenhar essas ações e que não irão trazer a esta esfera de atividade quaisquer tendências / 11 / que possam destruir a organização. A fábrica e os corpos de exércitos são exemplos típicos de tais organizações. O isolamento de um grupo de fatos do resto da vida social é aqui realizado real e praticamente. Mas exatamente à medida que tal sistema funciona de maneira perfeita não há lugar absolutamente para a ciência social ou a prática social; a única coisa exigida é uma divisão e organização material dessas ações humanas isoladas. A tarefa da teoria social e da técnica social situa-se fora desses sistemas; ela começa, por exemplo, sempre que tendências externas que não se harmonizam com as atividades organizadas sejam introduzidas no sistema, quando os trabalhadores na fábrica iniciam uma greve ou os soldados do corpo do exército, um motim. Então o isolamento desaparece; o sistema entra, por meio dos indivíduos que são seus membros, em relação com a complexidade total da vida social. E essa falta de isolamento real, que caracteriza um sistema de atividade organizada somente em momentos de crise, é uma característica permanente de todos os grupos de fatos formados artificial e abstratamente, tais como “prostituição”, “crime”, “educação”, “guerra” etc. Todo fato singular incluído nessas generalizações está associado por inumeráveis laços a um número indefinido de outros fatos pertencentes a diversos grupos e essas relações dão a cada fato um caráter diferente. Se começamos a estudar esses fatos como um todo, sem ter em conta sua conexão com o resto do mundo social, chegaremos necessariamente a generalizações completamente arbitrárias. Se começamos a agir sobre esses fatos de uma maneira uniforme simplesmente porque sua essência abstrata parece ser a mesma, produziremos necessariamente resultados completamente diferentes, variando com as relações de cada caso particular com o resto do mundo social. Isso não significa que não é possível isolar tais grupos de fatos para investigação teórica ou para atividade prática, mas simplesmente que o isolamento deve vir não *a priori*, mas *a posteriori*, do mesmo modo que a distinção / 12 / entre o normal e o anormal. Os fatos devem primeiro ser tomados em conexão com o todo a que pertencem, e a questão do isolamento posterior é um problema metodológico que iremos tratar numa parte mais adiante desta nota.

I.19 - Há duas outras falácias envolvidas em certo grau na prática social, embora a sociologia prática já as tenha repudiado. A razão para sua persistência na prática é que, mesmo que tenha sido reconhecido o caráter errôneo das suposições antigas, não foram colocadas em seu lugar quaisquer idéias produtivas novas. Essas suposições são: (1) que os homens reagem da mesma maneira às mesmas influências sem consideração de seu passado individual ou social, e que, portanto, é possível provocar um comportamento idêntico em indivíduos diversos por meios idênticos; (2) que os homens desenvolvem espontaneamente, sem influência externa, tendências que os tornam capazes de tirar proveito, de modo pleno e uniforme, de dadas condições e que, portanto, é suficiente criar condições favoráveis ou eliminar condições desfavoráveis para dar origem a dadas tendências ou para suprimi-las.

I.20 - A suposição de reações idênticas a influências idênticas é encontrada nos mais diversos setores de atividade social tradicional; os exemplos da prática legal e da educação são suficientes para ilustrá-la. Na primeira, todas as suposições a respeito dos “motivos” do comportamento dos litigantes, todas as regras e formas de investigação e exame, todas as decisões dos tribunais se baseiam essencialmente neste princípio.

Considerações acerca da variedade de tradições, hábitos, temperamentos etc., apenas entram de maneira incidental e secundária, e normalmente em casos duvidosos, pela iniciativa de advogados; são o resultado de observações psicológicas de senso comum, mas encontram pouco lugar, se encontram algum, no sistema objetivo de leis e regras. E onde, como nos juizados de menores norte-americanos, se faz uma tentativa de basear / **13** / a prática legal nessas considerações, todo aparato legal é apropriadamente posto de lado e todo o procedimento repousa nas qualificações pessoais do juiz. Na educação, o mesmo princípio apresenta-se na identidade dos currículos e chega mesmo a ser levado tão longe a ponto de se exigir trabalho idêntico de estudantes em relação aos cursos que seguem, ao invés de se deixar a cada um tanto campo quanto possível para iniciativa pessoal. Aqui, mais uma vez, o caráter falacioso do princípio somente é corrigido pelos esforços daqueles professores individuais que tentam adaptar seus métodos às personalidades dos alunos, usando tato prático e familiaridade pessoal. Mas até agora não há princípios objetivos que tenham substituído de modo geral a uniformidade tradicional.

I.21 - A suposição do desenvolvimento espontâneo de tendências, se são dadas as condições materiais, se encontra na importância exagerada atribuída pelos reformadores sociais às mudanças no ambiente material e nas conclusões fáceis extraídas com base nas condições materiais acerca da mentalidade e do caráter dos indivíduos e dos grupos. Por exemplo, supõem-se que boas condições de moradia irão criar uma boa vida familiar, que a abolição dos bares interromperá o uso de bebidas alcoólicas, que a organização de uma instituição bem dotada é tudo o que é necessário para fazer o público compreender seu valor na prática. Certamente, as condições materiais de fato ajudam ou embaraçam numa larga medida o desenvolvimento de linhas de comportamento correspondentes, mas somente se a tendência já está presente, pois a maneira como serão usadas depende das pessoas que as usam. O modo normal de ação social seria desenvolver a tendência e criar a condição simultaneamente e, se isso é impossível, deve-se prestar atenção antes ao desenvolvimento das tendências do que à mudança das condições, porque uma forte tendência social sempre encontrará sua expressão por meio de da modificação das condições, enquanto que o contrário não é verdadeiro. Por exemplo, uma vida familiar perfeita / **14** / pode existir numa comunidade camponesa polonesa em condições que provavelmente seriam consideradas nos Estados Unidos como um lugar de criação necessária do crime e da pobreza, enquanto que condições externas incomumente favoráveis na classe aristocrática polonesa não impedem uma decadência da vida familiar. No sul da França e no norte da Itália há bares e há menos consumo de bebidas alcoólicas do que nos estados em que há proibição nos Estados Unidos. Na Polônia russa apenas, sem uma universidade polonesa e apenas com uma associação filosófica privada, mais do dobro de literatura filosófica original foi publicada recentemente que na Rússia com suas onze universidades bem equipadas. E inúmeros exemplos poderiam ser citados de todos os setores da vida social. Mas é fácil compreender que, na ausência de uma ciência do comportamento social, os reformadores prestem mais atenção às condições materiais das pessoas do que à psicologia das pessoas que vivem nessas condições, pois as condições são concretas e tangíveis e sabemos como apreendê-las e como conceber e realizar planos quase perfeitos de melhoramentos materiais, enquanto que, na ausência de uma ciência, o reformador não tem quaisquer princípios objetivos sobre os quais possa assentar e inconscientemente tende a atribuir uma importância preponderante ao lado material da vida social.

I.22 - E essas falácias da sociologia do senso comum nem sempre se devem a uma falta de habilidade teórica ou de uma atitude científica séria da parte dos homens que fazem o trabalho. São a consequência inevitável da necessidade de enfrentar as situações reais imediatamente. A vida social prossegue sem interrupção e tem de ser controlada a cada momento. O homem de negócios ou o político, o educador ou o trabalhador em obras de caridade, se encontra continuamente em confronto com novos problemas sociais que precisa resolver, por mais que saiba que são imperfeitas e provisórias suas soluções, pois a corrente da

evolução não espera por ele. Ele deve ter resultados / **15** / imediatos e é um mérito de sua parte se tenta conciliar as pretensões da atualidade com a objetividade científica, tanto quanto possam ser conciliados, e se esforça por compreender a realidade social tanto quanto pode antes de agir. Certamente a vida social é melhorada até por um controle como o que a sociologia de senso comum é capaz de dar; certamente nenhum esforço deve ser desencorajado, pois o saldo final se mostra comumente favorável. Mas na atividade social, ainda mais do que na atividade material, o método do senso comum é o método mais devastador e o substituí gradualmente por um método mais eficiente será um bom investimento.

I.23 - Assim, embora não exista dúvida de que as situações efetivas devem ser controladas imediatamente, vemos que não podem ser resolvidas adequadamente tão logo a reflexão teórica tenha sua solução imediata em vista. Mas há evidentemente uma saída desse dilema e é a mesma que na técnica material e na ciência física. Devemos ser capazes de antever as situações futuras e nos prepararmos para elas e devemos ter em estoque um amplo corpo de conhecimento seguro e objetivo capaz de ser aplicado a qualquer situação ou antevista ou inesperada. Isso significa que temos de ter uma ciência social empírica e exata pronta para eventual aplicação. E uma tal ciência somente pode ser constituída se a tratarmos como um fim em si, não como um meio para alguma outra coisa, e se lhe dermos tempo e oportunidade para se desenvolver ao longo de todas as linhas de investigação possíveis, mesmo se não vemos quais possam ser as aplicações eventuais de um ou outro de seus resultados. O exemplo da ciência física e suas aplicações mostra que o único modo praticamente econômico de criar uma técnica eficiente é criar uma ciência independente de quaisquer limitações técnicas e então tomar cada um de seus resultados e tentar onde e de que maneira podem ser aplicados praticamente. A atitude contrária, a recusa de reconhecer qualquer ciência que não trabalhe para resolver problemas práticos, / **16** / além de conduzir àquela ineficiência tanto da ciência quanto da prática que analisamos acima, mostra uma curiosa estreiteza de horizonte mental. Não sabemos qual será o futuro da ciência antes que ela se constitua e quais poderão ser as aplicações de suas descobertas antes que sejam aplicadas; não sabemos qual será o futuro da sociedade e quais problemas sociais podem surgir exigindo solução. A única atitude praticamente justificável em relação à ciência é a liberdade absoluta e a ajuda desinteressada.

I.24 - Naturalmente, isso não significa que a técnica social efetiva atual deva esperar até que a ciência seja constituída; tal como é, é incomparavelmente melhor do que nenhuma. Mas, assim como na técnica material, tão logo uma descoberta científica esteja à mão, deve ser feito um esforço para encontrar uma aplicação prática para ela e se puder ser aplicada a algum campo particular, uma nova técnica deve tomar o lugar da antiga nesse campo.

I.25 - Mas se não devem ser introduzidas quaisquer metas práticas de antemão na investigação científica, a prática social tem, não obstante, o direito de exigir da teoria social que pelo menos alguns de seus resultados sejam aplicáveis imediatamente e que o número e a importância desses resultados cresça continuamente. Como expressou um dos pragmatistas, a vida prática pode e deve dar crédito à ciência, mas cedo ou tarde a ciência deve pagar seus débitos e quanto mais longo o prazo, maior o juro exigido. Essa exigência de aplicabilidade prática final é tão importante para a própria ciência como para a prática; é um teste, não somente da prática, mas do valor teórico da ciência. Uma ciência cujos resultados possam ser aplicados se mostra por esse meio que está realmente baseada na experiência, que é capaz de apreender uma grande variedade de problemas, que seu método é realmente exato – que é válida. O teste da aplicabilidade é uma responsabilidade salutar que a ciência deve assumir em seu próprio interesse. / **17** /

I.26 - Se agora tentarmos determinar quais deveriam ser o objeto e o método de uma teoria social que pudesse ser capaz de satisfazer às exigências da prática social moderna, é evidente que seu principal objeto deveria ser a sociedade civilizada atual em seu pleno desenvolvimento e com toda sua complexidade de

situações, pois é o controle da sociedade civilizada atual que é buscado na maioria dos esforços de prática racional. Mas aqui, como em todas as outras ciências, um corpo determinado de materiais somente assume sua plena significação se pudermos usar a comparação livremente, para distinguir o essencial do acidental, o simples do complexo, o primário do derivado. E felizmente a vida social nos proporciona condições favoráveis para estudos comparativos, particularmente no presente estágio de evolução, na coexistência de certo número de sociedades civilizadas suficientemente semelhantes em seus problemas culturais fundamentais para tornar a comparação possível e suficientemente diferentes em suas tradições, costumes e espírito nacional geral para tornar a comparação frutífera. E da lista dessas sociedades civilizadas não devemos de modo algum excluir aquelas sociedades não-brancas, como a chinesa, cuja organização e atitudes diferem profundamente das nossas, mas que nos interessam como experimentos sociais e como situações com que temos de conciliar nosso próprio futuro.

I.27 - Em contraste com esse estudo das várias sociedades civilizadas do presente, as linhas ao longo das quais a maior parte do trabalho sociológico puramente científico tem sido feito até o presente – ou seja, etnografia das sociedades primitivas e história social – têm uma importância secundária, embora de nenhum modo negligenciável. Sua relação com a prática social é apenas mediata; somente podem auxiliar o prático [*practitioner*] a resolver problemas culturais atuais à medida que ajudam o cientista a compreender a vida cultural atual; são auxiliares e seu próprio valor científico aumentará com o / **18** / progresso da esfera principal de estudos. Em todos os esforços para compreender e interpretar o passado e o selvagem devemos usar, conscientemente ou não, o nosso conhecimento de nossa vida civilizada do presente, que permanece sempre uma base de comparação, quer sejam o passado e o primitivo concebidos como análogos, quer como diferentes, do presente e do civilizado. Quanto menos objetivo e crítico é o nosso conhecimento do presente, mais subjetiva e não metódica é nossa interpretação do passado e do primitivo; incapazes de ver o caráter relativo e limitado da cultura no interior da qual vivemos, inconscientemente distorcemos todo fenômeno não familiar às limitações de nossa própria personalidade social. Uma compreensão realmente objetiva da história e da etnografia, portanto, somente pode ser esperada como um resultado de um conhecimento metódico das sociedades culturais do presente.

I.28 - Outro ponto a destacar com relação à questão do objeto da teoria social é a necessidade de levar em conta a vida total de uma dada sociedade em vez de selecionar e isolar arbitrariamente de antemão certos grupos particulares de fatos. Já vimos que o procedimento contrário constitui uma das falácias da sociologia de senso comum. É também uma das falácias usualmente cometidas pelos observadores de suas próprias sociedades ou de outras sociedades – literatos, jornalistas, viajantes, psicólogos populares etc. Ao descrever uma dada sociedade, selecionam as situações mais proeminentes e os problemas mais evidentes, pensando caracterizar por esse meio a vida do grupo dado. Essa falácia é ainda mais prejudicial para o desenvolvimento da ciência quando usada na sociologia comparada que estuda uma instituição, uma idéia, um mito, uma norma legal ou moral, uma forma de arte etc., simplesmente comparando seu conteúdo em diversas sociedades sem estudá-lo no significado total que tem numa sociedade particular e então comparando este com o significado total que tem nas diversas sociedades. / **19** / Somos todos mais ou menos culpados desse erro, mas nos agrada atribuí-lo principalmente a Herbert Spencer.

I.29 - Para evitar limitações arbitrárias e interpretações subjetivas, há somente dois possíveis caminhos abertos. Podemos estudar monograficamente sociedades concretas totais com a total complexidade dos problemas e situações que constituem sua vida cultural; ou podemos trabalhar sobre problemas sociais especiais, seguindo o problema num certo número limitado de grupos sociais concretos e o estudando em cada grupo com relação à forma particular que assume sob a influência das condições predominantes nessa sociedade, levando em conta o significado complexo que um fenômeno cultural concreto tem num

determinado ambiente cultural. Ao estudar a sociedade, vamos do contexto social total para o problema e, ao estudar o problema, vamos do problema para o contexto social total. E em ambos os tipos de trabalho, o único método seguro é começar da suposição de que nada sabemos absolutamente a respeito do grupo ou do problema que devemos investigar exceto aqueles critérios puramente formais tais que nos possibilitem distinguir materiais pertencentes à nossa esfera de interesse daqueles que não pertencem a ela. Mas essa atitude de receptividade indiscriminada em relação a quaisquer dados concretos deve marcar somente o primeiro estágio da investigação – aquele de delimitação do campo. Tão logo nos tornemos familiarizados com os materiais, começamos a selecioná-los com a ajuda dos critérios que envolvem certas generalizações metodológicas e hipóteses científicas. Isso deve ser feito, uma vez que a concretude empírica total não pode ser introduzida na ciência, não pode ser descrita ou explicada. Temos de nos limitar a certos dados teoricamente importantes, mas devemos saber como distinguir os dados que são importantes. E cada passo ulterior da investigação irá trazer consigo novos problemas metodológicos – análise dos dados concretos completos em / **20** / elementos, sistematização desses elementos, definição dos fatos sociais, estabelecimento de leis sociais. Todos esses estágios de procedimento científico devem ser definidos exata e cuidadosamente, se a teoria social deve se tornar uma ciência consciente de seus próprios métodos e capaz de aplicá-los com precisão, como é o caso com as ciências físicas e biológicas mais maduras e avançadas. E é sempre a questão de uma aplicabilidade prática final que, de acordo com nossa discussão anterior, constituirá o critério – o único critério seguro e intrínseco – de uma ciência.

I. 30 - Ora, há dois problemas práticos fundamentais que têm constituído o centro da atenção da prática social reflexiva em todas as épocas. São: (1) o problema da dependência dos indivíduos em relação à organização social e à cultura, e (2) o problema da dependência da organização social e da cultura em relação ao indivíduo. Praticamente, o primeiro problema se expressa na questão: “como devemos produzir, com a ajuda das organizações sociais e da cultura existentes, as características mentais e morais desejáveis nos indivíduos que constituem o grupo social?” E o segundo problema significa na prática: “como devemos produzir, com a ajuda das características mentais e morais existentes dos membros individuais do grupo, o tipo desejável de organização social e de cultura?”¹

I.31 - Se a teoria social deve se tornar a base da técnica social e resolver esses problemas realmente, é evidente que deve incluir as duas espécies de dados nela envolvidas – ou seja, os elementos culturais objetivos da vida social e as características subjetivas dos membros do grupo social – e que as duas espécies de dados devem ser tomadas como correlacionadas. / **21** / Para esses dados, deveremos usar agora e no futuro os termos “valores sociais” (ou simplesmente “valores”) e “atitudes”.

I.32 - Por valor social entendemos qualquer dado que tenha um conteúdo empírico acessível aos membros de algum grupo social e um significado em relação ao qual é ou pode ser um objeto de atividade. Assim, um gênero alimentício, um instrumento, uma moeda, uma composição poética, uma universidade, um mito, uma teoria científica, são valores sociais. Cada um deles tem um conteúdo que é sensível no caso do gênero alimentício, do instrumento, da moeda; em parte sensível e em parte imaginário na composição poética, cujo conteúdo é constituído não somente pelas palavras escritas ou faladas, mas também pelas imagens que evocam, e no caso da universidade, cujo conteúdo é o todo complexo de homens, edifícios, acessórios materiais e imagens que representam sua atividade; ou, finalmente, só imaginário, no caso de uma personalidade mítica ou de uma teoria científica. O significado desses valores torna-se explícito quando os

¹ Naturalmente, uma tarefa prática concreta pode incluir os dois problemas, como quando tentamos, apelando às atitudes existentes, estabelecer instituições educacionais que venham a ser organizadas de modo a produzir ou generalizar certas atitudes desejadas.

tomamos em conexão com ações humanas. O significado do gênero alimentício é sua referência a seu eventual consumo; o de um instrumento, sua referência ao trabalho para o qual foi planejado; o de uma moeda, as possibilidades de comprar e vender ou os prazeres de gastar que evoca; o da composição poética, as reações sentimentais e intelectuais que suscita; o da universidade, as atividades sociais que desempenha; o da personalidade mítica, o culto de que é o objeto e as ações das quais se supõe que é o autor; o da teoria científica, as possibilidades de controle da experiência pela idéia ou pela ação que permite. O valor social opõe-se, assim, à coisa natural, que tem um conteúdo mas, como parte da natureza, não tem nenhum significado para a atividade humana, é tratada como “sem valor”; quando a coisa natural assume um significado, ele se torna por esse meio um valor social. E naturalmente, um valor social pode / 22 / ter muitos significados, pois pode se referir a muitas espécies diferentes de atividades.

I.33 - Por atitude entendemos um processo de consciência individual que determina atividade real ou possível do indivíduo no mundo social. Assim, a fome que compele ao consumo do gênero alimentício; a decisão do trabalhador de usar a ferramenta; a tendência do esbanjador de gastar a moeda; os sentimentos e idéias do poeta expressos no poema e a simpatia e admiração do leitor; as necessidades que a instituição tenta satisfazer e a resposta que provoca; o medo e a devoção manifestados no culto da divindade; o interesse em criar, compreender ou aplicar uma teoria científica e os modos de pensar implicados nela – todas essas são atitudes. A atitude é assim a contrapartida individual do valor social; a atividade, em qualquer forma que seja, é o elo entre eles. Por sua referência à atividade e por esse meio à consciência individual, o valor se distingue da coisa material. Por sua referência à atividade e por esse meio ao mundo social, a atitude se distingue do estado físico. Nos exemplos acima citados, fomos obrigados a usar, com referência a idéias e volições, palavras que se tornaram termos da psicologia individual por serem abstraídos da realidade social objetiva à qual se aplicam, mas originalmente eram destinadas a expressar atitudes, não processos psicológicos. Um processo psicológico é uma atitude tratada como um objeto em si mesmo, isolado mediante um ato reflexivo de atenção e tomado em primeiro lugar em conexão com outros estados do mesmo indivíduo. Uma atitude é um processo psicológico tratado como fundamentalmente manifestado em sua referência ao mundo social e tomado em primeiro lugar em conexão com algum valor social. A psicologia individual pode depois restabelecer a conexão entre o processo psicológico e a realidade objetiva que foi separada pela reflexão; pode estudar os processos / 23 / psicológicos enquanto condicionados pelos fatos que ocorrem no mundo objetivo. Do mesmo modo, a teoria social pode mais tarde associar as diversas atitudes de um indivíduo e determinar seu caráter social. Mas são os pontos de vista originais (usualmente assumidos inconscientemente) que determinam imediatamente os métodos subsequentes dessas duas ciências. O processo psicológico sempre permanece fundamentalmente um *estado de alguém*; a atitude permanece sempre fundamentalmente uma atitude *para com alguma coisa*.

I.34 - Tomando em consideração essa distinção fundamental de ponto de vista, podemos continuar a usar, para as diferentes classes de atitudes, os mesmos termos que a psicologia individual tem usado para os processos psicológicos, uma vez que esses termos constituem a propriedade comum de toda reflexão a respeito da vida consciente. O significado exato de todos esses termos do ponto de vista da teoria social deve ser estabelecido durante o processo de investigação, de modo que cada termo seja definido em vista de sua aplicação e sua validade metodológica seja testada no uso efetivo. Seria, portanto, não prático tentar estabelecer antecipadamente a terminologia total das atitudes.

I.35 - Mas quando dizemos que os dados da teoria social são atitudes e valores, isso não é ainda uma determinação suficiente do objeto dessa ciência, pois o campo assim definido abarcaria a totalidade da cultura humana e incluiria o objeto da filologia e da economia, da teoria da arte, da teoria da ciência etc.

Uma definição mais exata, portanto, é necessária para distinguir a teoria social dessas ciências, estabelecidas há muito tempo e que têm seus próprios métodos e suas próprias metas.

I.36 - Essa delimitação do campo da teoria social surge muito naturalmente da necessidade de escolher entre atitudes e valores como dados fundamentais – ou seja, como dados cujas características servirão como uma base para a generalização científica. Há numerosos valores que correspondem a cada atitude, / **24** / e numerosas atitudes que correspondem a cada valor; se, portanto, comparamos diferentes ações com relação às atitudes manifestadas nelas e formamos, por exemplo, o conceito geral de atitude de solidariedade, isso significa que negligenciamos a variedade total dos valores que são produzidos por essas ações e que podem ser políticos ou econômicos, religiosos ou científicos etc. Se, pelo contrário, comparamos os valores produzidos pelas diferentes ações e formarmos, por exemplo, os conceitos gerais de valores econômicos ou religiosos, isso significa que negligenciamos a variedade total de atitudes que se manifestam nessas ações. A generalização científica deve sempre se basear em características tais desses dados que possam ser consideradas essenciais para seus propósitos e as características essenciais das ações humanas são completamente diferentes quando as tratamos do ponto de vista das atitudes e quando estamos interessados nelas como valores. Não há, portanto, nenhuma possibilidade de dar às atitudes e aos valores a mesma importância numa investigação científica metódica; ou as atitudes devem ser subordinadas aos valores ou o contrário.

I.37 - Ora, em todas as ciências que tratam de domínios separados da cultura humana como a linguagem, a arte, a ciência, a economia, as atitudes é que são subordinadas aos valores – um ponto de vista que resulta necessariamente de toda especialização dessas ciências no estudo de certas classes de valores culturais. Para um teórico da arte ou um economista, uma atitude é importante e é tomada em consideração somente na medida em que se manifesta em mudanças introduzidas na esfera da estética ou dos valores econômicos; e é definida exclusivamente por essas mudanças – ou seja, pelo complexo pré-existente de dados objetivos sobre os quais agiu e pelos resultados objetivos dessa atividade. Mas, a menos que haja uma classe especial de valores culturais que não sejam o objeto de qualquer outra ciência e a menos que haja razões especiais para assinalar / **25** / essa classe à teoria social – um problema que iremos agora discutir – esta última não pode assumir o mesmo ponto de vista e subordinar as atitudes aos valores, pois isso significaria uma duplicação inútil das ciências existentes. Pode haver, como veremos, algumas dúvidas sobre se tais grupos de fenômenos, como a religião ou a moralidade, devem ser por razões especiais incluídos no campo da teoria social ou devem constituir o objeto de ciências distintas; mas não há dúvida que a linguagem e a literatura, a arte, a ciência, a economia e a técnica, já são mais ou menos adequadamente tratadas pelas respectivas disciplinas e, embora talvez precisando de algumas reformas internas, não pedem um tratamento suplementar pela sociologia ou pela “psicologia dos povos” [“*folk-psychology*”] (Wundt).*

I.38 - Mas também não há nenhuma dúvida que um estudo do mundo social do ponto de vista oposto – ou seja, tomando as atitudes como objeto especial e subordinando os valores a elas – é necessário e que uma metodologia exata de um tal estudo ainda não existe. A ética, a psicologia, a etnologia, a sociologia têm um interesse nesse campo e cada uma se ocupou dele de um modo fragmentário e não metódico. Mas na ética o estudo das atitudes tem sido subordinado ao problema das normas ideais de comportamento, não tratado como um fim em si e sob essas condições nenhum método adequado de uma investigação puramente teórica pode ser desenvolvido. A etnologia contribuiu com dados valiosos para o estudo das atitudes e

* Trata-se aqui da obra de Wilhelm Wundt *Völkerpsychologie: eine Untersuchung der Entwicklungsgesetze von Sprache, Mythos und Sitte*, (Psicologia dos povos: uma pesquisa das leis do desenvolvimento da Língua, do Mito e do Costume), 10 vols., 1900 segs. (N. do T, traduzida por Maria Christina Siqueira de Souza Campos.)

valores tal como encontrados nos diversos grupos sociais, particularmente as raças “inferiores”, mas seu trabalho é principalmente descritivo. Do método sociológico no exato sentido do termo falaremos agora. A psicologia é, todavia, a ciência que tem sido definidamente identificada com o estudo da consciência, e a principal questão nesse ponto é quanto a psicologia cobriu ou é capaz de cobrir do campo das atitudes.

I.39 - Como indicamos acima, a atitude não é um dado psicológico no sentido atribuído a esse termo pela psicologia individual / 26 / e isso é verdadeiro independentemente de se considerarem as diferenças entre as escolas psicológicas. Falando concretamente, qualquer método de pesquisa que tome o indivíduo como uma entidade distinta e o isole de seu ambiente social, seja para determinar por análise introspectiva o conteúdo e a forma de seus processos de consciência, seja para investigar os fatos orgânicos que acompanham esses processos, seja, finalmente, para estudar experimentalmente seu comportamento como reação a certos estímulos, somente encontra, necessariamente, fatos psíquicos, físicos ou biológicos essencial e indissoluvelmente associados ao indivíduo como uma realidade psíquica, física ou geralmente biológica. Para chegar a generalizações científicas, tal método deve operar a partir da suposição da universal permanência e identidade da natureza humana tanto quanto expressa nesses fatos; ou seja, seus conceitos fundamentais devem ser tais que se apliquem a todos os seres humanos, alguns deles mesmo a todos os seres conscientes e as diferenças individuais devem ser reconstruídas com a ajuda desses conceitos como variações do mesmo *background* fundamental, devido a variáveis intensidades, qualidades e combinações essencialmente dos mesmos processos universais. Realmente, como todo fato psicológico é um estado do indivíduo enquanto realidade fundamental, a uniformidade desses fatos depende da permanência e uniformidade de tais realidades individuais. O campo central da psicologia individual é, portanto, constituído pelos fenômenos conscientes mais elementares, que são os únicos que podem ser adequadamente tratados como essencialmente idênticos em todos os seres conscientes; fenômenos que estão limitados a um certo número de indivíduos ou devem ser tratados como complexos e analisados em elementos elementares e universais, ou, se isso não puder ser feito, então seu conteúdo, variando com a variação do meio social, deve ser omitido e somente a *forma* de sua ocorrência reconstruída como presumivelmente a mesma onde quer e quando quer que aconteçam. / 27 /

I.40 - Mas a psicologia não é exclusivamente psicologia individual. Encontramos numerosas monografias listadas como psicológicas, mas estudando fenômenos conscientes que não se supõe que têm sua fonte na “natureza humana” em geral, mas em condições sociais especiais, que podem variar com a variação dessas condições e ainda ser comuns a todos os indivíduos nas mesmas condições, e que são, portanto, tratados não como meros estados de seres individuais, mas como dados auto-suficientes a serem estudados sem quaisquer suposições necessárias a respeito da constituição psicológica, fisiológica ou biológica dos indivíduos que compõem o grupo. A esta esfera da psicologia pertencem todas as investigações que dizem respeito a fenômenos conscientes particulares a grupos de raças, de nacionalidades, religiosos, políticos, profissionais, correspondendo a ocupações e interesses especiais, provocados por influências especiais de um meio social, desenvolvidas por atividades educacionais e medidas legais etc. O termo “psicologia social” tornou-se corrente para esse tipo de investigações. A distinção entre a psicologia social e a psicologia individual e a unidade metodológica da psicologia social como ciência separada não têm sido suficientemente discutidas, mas tentaremos mostrar que a psicologia social é precisamente a ciência das atitudes e que, embora seus métodos sejam essencialmente diferentes dos métodos da psicologia individual, seu campo é tão vasto quanto a vida consciente.

I.41 - De fato, toda manifestação de vida consciente, por mais simples ou complexa, geral ou particular, que seja, pode ser tratada como uma atitude, porque cada uma envolve uma tendência para a ação, quer essa ação seja um processo de atividade mecânica produzindo mudanças físicas no mundo material, ou uma

tentativa de influenciar as atitudes de outros por palavras e gestos, ou uma atividade mental que não encontra num dado momento uma expressão social, ou mesmo um mero processo de percepção sensorial. E todos os objetos dessas ações podem ser tratados / 28 / como valores *sociais*, pois todos têm algum conteúdo que é ou pode ser acessível a outros indivíduos – mesmo uma “idéia” pessoal pode ser comunicada a outros – e um significado pelo qual podem se tornar os objetos da atividade de outros. E assim, a psicologia social, quando empreende o estudo dos fenômenos conscientes encontrados num dado grupo social, não tem quaisquer razões *a priori* que a forcem a se limitar a certa classe de tais fenômenos para a exclusão de outros; qualquer manifestação da vida consciente de qualquer membro do grupo é uma atitude quando tomada em conexão com os valores que constituem a esfera de experiência desse grupo e esta esfera inclui dados do ambiente natural bem como obras de arte ou crenças religiosas, produtos técnicos e relações econômicas assim como teorias científicas. Se, portanto, as monografias de psicologia social se limitam a problemas especiais tais como, por exemplo, o estudo dos fenômenos conscientes gerais produzidos num grupo social por certas influências físicas, biológicas, econômicas, políticas, por ocupação comum, crenças religiosas comuns etc., a limitação pode ser justificada pela importância social desses fenômenos ou mesmo por apenas um interesse particular do autor, mas não se faz necessário pela natureza da psicologia social, que pode estudar entre os fenômenos conscientes que ocorrem num dado grupo social, não apenas fenômenos tal como são peculiares a esse grupo como um todo, mas também, por um lado, tal como a psicologia individual supõe ser comum a todos os seres conscientes e, por outro lado, tal como podem ser peculiares a apenas um membro individual do grupo.

I.42 - Mas, naturalmente, nem todas as atitudes encontradas na vida consciente de um grupo social têm a mesma importância para os propósitos da psicologia social num dado momento ou mesmo para os seus propósitos gerais como uma ciência do mundo social. Por um lado, a tarefa de toda ciência, ao descrever e generalizar os dados, é reduzir tanto quanto possível a / 29 / complexidade sem limites da experiência a um número limitado de conceitos e, portanto, esses elementos da realidade são os mais importantes que devem o mais geralmente ser encontrados nessa parte da experiência que constitui o objeto de uma ciência. E, assim, para a psicologia social, a importância de uma atitude é proporcionar o número e a variedade de ações em que essa atitude é manifestada. Quanto mais geralmente a atitude seja compartilhada pelos membros do dado grupo social e maior seja a parte que desempenhe na vida de cada membro, mais forte será o interesse que provoca no psicólogo social, embora as atitudes que são ou peculiares a alguns poucos membros do grupo ou que se manifestam somente em raras ocasiões têm enquanto tais uma significação relativamente secundária, mas podem se tornar importantes por meio de alguma conexão com atitudes mais gerais e fundamentais.²

I.43 - Por outro lado, as generalizações científicas somente são produtivas e valiosas à medida que ajudam a descobrir certas relações entre diversas classes de dados generalizados e a estabelecer uma classificação sistemática por meio de uma subordinação e coordenação lógicas de conceitos; uma generalização que não mantenha nenhuma relação com outras é inútil. Ora, como o principal corpo dos materiais da psicologia social é constituído por atitudes *culturais*, que correspondem a valores *culturais* variáveis e multiformes, atitudes *naturais* elementares tais que correspondem a condições *físicas* estáveis e uniformes – por exemplo, atitudes manifestadas na percepção sensorial ou na ação de comer – a despeito de sua generalidade

² Associadas, de fato, aos problemas tanto da criação como da destruição dos valores sociais, as atitudes mais excepcionais e divergentes podem se mostrar as mais importantes, porque podem introduzir uma crise e um elemento de desordem. E para o teórico social e o técnico social, o indivíduo afastado da ordem [*disorderly*] é de peculiar interesse como um destruidor de valores, como no caso do indivíduo anti-social, e como um criador de valores, como no caso do homem de gênio.

e importância prática para a raça humana, somente podem ser investigadas de modo útil dentro dos limites dessa ciência se / 30 / puder ser encontrada uma conexão entre elas e as atitudes culturais – se, por exemplo, se pode mostrar que a percepção sensorial ou a atitude orgânica de repugnância varia dentro de certos limites com a variação das condições sociais. Enquanto não haja possibilidade de uma efetiva subordinação ou coordenação entre as atitudes culturais e as naturais, as atitudes naturais não têm nenhum interesse imediato para a psicologia social e sua investigação permanece uma tarefa da psicologia individual. Em outras palavras, aqueles fenômenos conscientes que correspondem ao mundo físico somente podem ser introduzidos na psicologia social se se puder mostrar que não são puramente “naturais” – independentes de condições sociais – mas também em alguma medida culturais – influenciadas por valores sociais.

I.44 - Assim, o campo da psicologia social praticamente compreende antes de tudo as atitudes que são mais ou menos geralmente encontradas entre os membros de um grupo social, têm uma real importância na organização da vida dos indivíduos que as desenvolveram e se manifestam em atividades sociais desses indivíduos. Esse campo pode ser indefinidamente ampliado em duas direções se os problemas concretos da psicologia social o exigirem. Pode incluir atitudes que são particulares a certos membros do grupo social ou aparecem no grupo somente em raras ocasiões, tão logo adquirem por alguma razão uma importância social; assim, alguma idiosincrasia sexual pessoal, interessará à psicologia social somente se se torna um objeto de imitação ou de indignação para outros membros do grupo ou se ajuda a uma compreensão de atitudes sexuais mais gerais. Por outro lado, o campo da psicologia social pode ser ampliado a atitudes tais que se manifestam com relação não ao ambiente social, mas ao ambiente físico do indivíduo, tão logo se mostrem afetados pela cultura social; por exemplo, a percepção de cores se tornaria um problema / 31 / sócio-psicológico se se provasse que tem evoluído durante a evolução cultural sob a influência das artes decorativas.

I. 45 - A psicologia social, assim, desempenhou o papel de uma ciência geral do lado subjetivo da cultura social que daqui para a frente usualmente atribuiremos à psicologia individual ou à “psicologia em geral”. Pode alegar ser a ciência da consciência enquanto manifestada na cultura e sua função é prestar serviço, como uma ciência auxiliar geral, a todas as ciências especiais que lidam com as diversas esferas de valores sociais. Isso não significa que a psicologia social possa sempre suplantar a psicologia individual; os métodos e os pontos de vista dessas duas ciências são demasiado diferentes para permitir a qualquer uma delas preencher a função da outra e, se não fosse pelo uso tradicional do termo “psicologia” para os dois tipos de pesquisa, seria mesmo aconselhável enfatizar essa diferença por meio de uma terminologia distinta.

I.46 - Mas, quando estudamos a vida de um grupo social concreto, encontramos um certo lado muito importante dessa vida que a psicologia social não pode levar em consideração adequadamente, que nenhuma das ciências especiais da cultura trata como seu próprio objeto e que durante os últimos cinquenta anos constituiu a esfera central de interesse das diversas pesquisas denominadas de *sociologia*. Entre as atitudes predominantes no interior de um grupo, algumas se expressam somente em ações individuais – uniformes ou multiformes, isoladas ou combinadas – mas somente em ações. Mas há outras atitudes – usualmente, embora nem sempre, as mais gerais – que, além de se expressarem diretamente, como a primeira, em ações, encontram também uma manifestação indireta em *regras* mais ou menos explícitas e formais de comportamento por meio das quais o grupo tende a manter, regular e tornar mais geral e mais frequente o tipo correspondente de ações entre seus membros. Essas regras – costumes e rituais, normas legais e educacionais, metas e crenças obrigatórias etc. – suscitam um duplo / 32 / interesse. Podemos tratá-las, como ações, como manifestações de atitudes, como índices mostrando que, uma vez que o grupo exige certa espécie de ações, a atitude que se supõe que se manifesta nessas ações seja compartilhada por

todos aqueles que defendem a regra. Mas, por outro lado, a própria existência de uma regra mostra que há algumas atitudes, mesmo que apenas fracas e isoladas, que não se harmonizam inteiramente com a atitude expressa na regra e que o grupo sente a necessidade de evitar que essas atitudes passem para a ação. Precisamente na medida em que a regra é conscientemente entendida como um elo de ligação pelos membros individuais do grupo dos quais exige uma certa adaptação, tem para todo indivíduo um certo conteúdo e um certo significado e é um valor. Além do mais, a ação de um indivíduo vista pelo grupo, por outro indivíduo ou mesmo por ele próprio em reflexão, em relação ao acordo ou desacordo dessa ação com a regra, se torna também um valor ao qual certa atitude de apreciação ou depreciação se vincula de diversas formas. Desse modo, regras e ações, assumidas não em relação às atitudes *expressas* nelas, mas em relação às atitudes *provocadas* por elas, são muito análogas a quaisquer outros valores – econômicos, artísticos, científicos, religiosos etc. Pode haver atitudes muito diversas correspondendo a uma regra ou ação como objetos de reflexão e apreciação individual e certa atitude – tal como, por exemplo, o desejo de liberdade pessoal ou o sentimento de retidão social – pode influenciar positiva ou negativamente muitas regras e ações, variando de grupo para grupo e de indivíduo para indivíduo. Esses valores não podem, portanto, ser o objeto da psicologia social; constituem um grupo especial de dados objetivos culturais ao lado dos domínios especiais de outras ciências culturais como a economia, a teoria da arte, a filologia etc. As regras de comportamento e as ações vistas como se conformando ou não se conformando com essas regras, constituem / 33 / com relação a sua significação objetiva um certo número de sistemas mais ou menos associados e harmoniosos que podem ser geralmente chamados de *instituições sociais* e a totalidade das instituições encontradas num grupo social concreto constitui a *organização social* desse grupo. E quando estudamos a organização social enquanto tal precisamos subordinar as atitudes aos valores como fazemos em outras ciências culturais especiais; ou seja, as atitudes contam para nós somente na medida em que influenciam e modificam as regras de comportamento e as instituições sociais.

I.47 - A sociologia, enquanto teoria da organização social, é assim uma ciência especial da cultura como a economia ou a filologia, e nessa medida se contrapõe à psicologia social enquanto a ciência geral do lado subjetivo da cultura. Mas, ao mesmo tempo, tem isso em comum com a psicologia social: que os valores que estuda extraem toda a sua realidade, todo o seu poder de influenciar a vida humana, das atitudes sociais que são expressas ou supostamente expressas nelas; se o indivíduo em seu comportamento é tão largamente determinado pelas regras predominantes em seu grupo social, é certamente devido não à racionalidade dessas regras nem às consequências físicas que as seguir ou romper com elas possam ter, mas à sua consciência de que essas regras representam atitudes de seu grupo e o seu entendimento das consequências *sociais* que se seguirão para ele se seguir as regras ou romper com elas. E, por conseguinte, tanto a psicologia social como a sociologia podem ser abrangidas sob o termo geral de teoria social, à medida que estão ambas interessadas na relação entre o indivíduo e o grupo social concreto, embora seus pontos de vista sobre esse fundamento comum sejam completamente opostos e, apesar de seus campos não serem igualmente amplos, a psicologia social compreendendo as atitudes do indivíduo para com *todos* os valores culturais do grupo social dado, enquanto que a sociologia somente pode estudar um tipo desses valores – as regras sociais – em sua relação com as atitudes individuais. /34 /

I.48 - Vimos que a psicologia social tem um campo central de interesse que inclui as atitudes culturais mais gerais e fundamentais encontradas no interior das sociedades concretas. Da mesma maneira, há certo domínio que constitui o centro metodológico do interesse sociológico. Inclui aquelas regras de comportamento que dizem respeito mais especialmente às relações ativas entre membros individuais do grupo e entre cada membro e o grupo como um todo. São essas regras, de fato, manifestadas como costumes, leis e ideais de grupos e sistematizadas em instituições tais como a família, a tribo, a comunidade,

a livre associação, o Estado etc., que constituem a parte central da organização social e proporcionam por toda essa organização as condições essenciais da existência de um grupo enquanto uma entidade cultural distinta e não uma mera aglomeração de indivíduos; e, portanto, todas as outras regras que um dado grupo pode desenvolver e tratar como obrigatórias têm uma importância sociológica secundária enquanto comparadas com essas. Mas isso não significa que a sociologia não deva estender seu campo de investigação além desse centro metodológico de interesse. Todo grupo social, particularmente nos estágios inferiores de evolução cultural, está inclinado a controlar as atividades de todos os indivíduos, não somente aquelas que atingem diretamente suas instituições fundamentais. Assim, encontramos regulações sociais das atividades econômicas, religiosas, científicas, artísticas, mesmo da técnica e do discurso e o rompimento dessas regulações é frequentemente tratado como afetando a própria existência do grupo. E precisamos admitir que, embora o efeito dessas regulações sobre a produtividade cultural seja frequentemente mais do que duvidoso, elas de fato contribuem tanto quanto duram para a unidade do grupo, enquanto que, por outro lado, a estreita associação que foi formada entre essas regras e as instituições sociais fundamentais sem as quais o grupo não pode existir, tem com frequência a consequência de que a evolução cultural que destrói a influência dessas regulações secundárias / **35** / pode efetivamente desorganizar o grupo. Precisamente à medida que essas regras sociais concernentes a atividades culturais especiais estão associadas, do modo acima determinado, às regras que influenciam as relações sociais, elas adquirem um interesse para a sociologia. Naturalmente, só pode ser determinado *a posteriori* o quanto o campo da sociologia deve ser ampliado além da investigação das instituições sociais fundamentais e a situação varia de grupo para grupo e de período para período. Em todas as sociedades civilizadas alguma parte de cada atividade cultural – religiosa, econômica, científica, artística etc. – é deixada fora da regulação social e outra parte, talvez ainda maior, embora ainda sujeita às regras sociais, não mais se supõe que afete diretamente a existência ou a coerência da sociedade e efetivamente não a afeta. É, portanto, um grave erro metodológico tentar incluir de modo geral no campo da sociologia domínios culturais tais como a religião ou a economia, com base em que em certos grupos sociais as normas religiosas ou econômicas são consideradas – e em alguma medida realmente são mesmo – uma parte da organização social, pois mesmo aí os respectivos valores têm um conteúdo que não pode ser completamente reduzido a regras sociais de comportamento e sua importância para a organização social pode ser muito pequena ou mesmo inexistente em outras sociedades ou em outros períodos de evolução.

[Parte II (p. 35-52)]

49.II.1 A distinção fundamental entre a psicologia social e a sociologia aparece claramente quando empreendemos o estudo comparativo de problemas especiais em diversas sociedades, pois esses problemas por sua natureza se dividem em duas classes. Podemos tentar explicar certas atitudes traçando sua origem e tentando determinar as leis de seu aparecimento sob diversas circunstâncias sociais, como, por exemplo, quando investigamos o amor sexual ou o sentimento de solidariedade grupal, a timidez ou a arrogância, a emoção mística ou a atitude estética do apreciador das artes etc. Ou podemos tentar dar / **36** / uma explicação das instituições sociais e tentar submeter a leis seu aparecimento sob diversas condições sócio-psicológicas, como quando nosso objeto é o casamento ou a família, a legislação criminal ou a censura das opiniões científicas, o militarismo ou o parlamentarismo etc. Mas quando estudamos monograficamente um grupo social concreto com todas as suas atitudes e valores fundamentais, é difícil fazer uma separação completa dos problemas sócio-psicológicos e sociológicos, pois qualquer corpo concreto de material

contem ambos. Consequentemente, uma vez que o presente trabalho, e particularmente seus primeiros dois volumes,* é precisamente uma monografia de um grupo social concreto, não podemos entrar numa análise detalhada de questões metodológicas que dizem respeito exclusivamente à investigação sócio-psicológica ou sociológica em particular, mas devemos nos limitar a indicações metodológicas gerais que digam respeito a ambas. Mais adiante, associadas a problemas tratados nos volumes subsequentes, discussões metodológicas mais especiais podem ser necessárias e serão introduzidas em seu lugar apropriado.

50.II.2 - Os principais problemas da ciência moderna são problemas de explicação causal. A determinação e a sistematização de dados é somente o primeiro passo na investigação científica. Se uma ciência deseja assentar os fundamentos de uma técnica, precisa tentar compreender e controlar o processo de *devenir* [*becoming*]. A teoria social não pode evitar essa tarefa e há somente um modo de cumpri-la. O devir social, como o devir natural, deve ser analisado numa pluralidade de fatos, cada um dos quais representa uma sucessão de causa e efeito. A idéia de teoria social é a análise da totalidade do devir social em tais processos causais e numa sistematização que nos permitam compreender as conexões entre esses processos. Nenhum argumento *a priori* tentando demonstrar a impossibilidade de aplicação do princípio da causalidade à vida humana consciente em geral pode ou deve fazer / **37** / a teoria social deixar de tender a essa ideia, quaisquer que sejam as dificuldades que possa haver no caminho, porque, como questão de fato, aplicamos continuamente o princípio da causalidade ao mundo social em nossa atividade e em nosso pensamento e sempre faremos isso enquanto tentarmos controlar o devir social de alguma forma. Assim, em vez de discutir de maneira infrutífera a justificação dessa aplicação *in abstractu*, a teoria social deve simplesmente se esforçar para torná-la mais metódica e perfeita *in concretu* – pelo processo efetivo de investigação.

51.II.3 - Mas, se o problema filosófico geral do livre arbítrio e do determinismo é negligenciável, o problema particular do melhor método possível de explicação causal é muito real. De fato, sua solução é a tarefa introdutória fundamental e inevitável de uma ciência que, como a teoria social, está ainda no período de formação. A grande e mais usual ilusão do cientista é que ele simplesmente toma os fatos tal como são, sem quaisquer pressupostos [*prepossessions*] metodológicos, e chega à sua explicação inteiramente *a posteriori* com base na pura experiência. Um fato por si mesmo já é uma abstração; isolamos certo aspecto limitado do processo concreto de devir, rejeitando, pelo menos provisoriamente, toda sua complexidade indefinida. A questão é somente se desempenhamos essa abstração metodicamente ou não, se sabemos o que e por que aceitamos e rejeitamos ou se simplesmente tomamos acriticamente as velhas abstrações do "senso comum". Se quisermos chegar a explicações científicas, devemos ter em mente que nossos fatos devem ser determinados de tal modo que admita sua subordinação a leis gerais. Um fato que não pode ser tratado como uma manifestação de uma ou diversas leis é causalmente inexplicável. Quando, por exemplo, o historiador fala das causas da presente guerra [de 1914-18], ele deve supor que a guerra é uma combinação dos efeitos de muitas causas, cada uma das quais pode se repetir muitas vezes na história e deve ter sempre o mesmo efeito, embora tal combinação dessas causas como a que produziu a presente guerra / **38** / possa nunca acontecer novamente. É somente se a teoria social for bem sucedida em determinar leis causais poderá ela se tornar uma base da técnica social, pois a técnica exige a possibilidade de antever e calcular os efeitos de causas dadas e essa exigência somente será realizável se soubermos que determinadas causas sempre e em toda parte produzirão determinados efeitos.

52.II.4 - Ora, o principal erro tanto da prática social como da teoria social tem sido que determinaram, consciente ou inconscientemente, os fatos sociais de uma maneira que excluiu antecipadamente a possibilidade de sua subordinação a quaisquer leis. A suposição implícita ou explícita era a de que um fato

* A referência aqui é à edição original, em cinco volumes. (N. do T.)

social é composto de dois elementos, uma causa que é ou um fenômeno social ou um ato individual, e um efeito que é ou um ato individual ou um fenômeno social. Seguindo acriticamente o exemplo das ciências físicas, que sempre tendem a encontrar o fenômeno determinado único que é a condição necessária e suficiente de outro fenômeno, a teoria social e a prática social se esqueceram de tomar em consideração uma diferença essencial entre a realidade física e a realidade social, que é que, enquanto o efeito de um fenômeno físico depende exclusivamente da natureza objetiva desse fenômeno e pode ser calculado com base no conteúdo empírico deste último, o efeito de um fenômeno social depende, além do mais, do ponto de vista subjetivo assumido pelo indivíduo ou grupo em relação a esse fenômeno e somente poderá ser calculado se conhecermos não somente o conteúdo objetivo da causa suposta, mas também o significado que tem no dado momento para os seres conscientes dados. Esta simples consideração deve ter mostrado ao teórico social ou ao técnico social que uma causa social não pode ser simples, como uma causa simples, mas é composta e deve incluir tanto um elemento objetivo como um elemento subjetivo, um valor e uma atitude. De outra forma, o efeito parecerá acidental e incalculável, porque teremos de procurar em todo / **39** / caso particular as razões por que este indivíduo particular ou esta sociedade particular reagiu ao dado fenômeno desta maneira e não de alguma outra maneira.

53.II.5 - De fato, um valor social, agindo sobre os membros individuais do grupo, produz um efeito mais ou menos diferente sobre cada um deles; mesmo quando age sobre o mesmo indivíduo em diversos momentos ele não o influencia uniformemente. A influência de uma obra de arte é um exemplo típico. E tais uniformidades, à medida que existem aqui, são completamente irrelevantes, pois não são absolutas. Se supomos uma vez que um fenômeno social é a causa – o que significa uma causa necessária e suficiente, pois não há causas “insuficientes” – de uma reação individual, então nosso enunciado dessa dependência causal tem a pretensão lógica de ser uma lei científica da qual não pode haver exceções; ou seja, toda aparente exceção deve ser explicada pela ação de alguma outra causa, uma ação cuja formulação se torna outra lei científica. Porém, para explicar por que num caso concreto uma obra de arte ou uma prescrição legal que, de acordo com nossa suposta lei, deve provocar no indivíduo certa reação *A* provoca, ao invés, uma reação *B*, teríamos de investigar todo o passado desse indivíduo e repetir essa investigação em cada caso, com relação a todo indivíduo cuja reação não seja *A*, sem nunca esperar subordinar essas exceções a uma nova lei, pois a história de vida de todo indivíduo é diferente. Consequentemente, a teoria social tenta evitar esse disparate metodológico fechando os olhos para o próprio problema. Ou se satisfaz com enunciados de influências causais que julga verdadeiros “na média”, “na maioria dos casos” – uma clara auto-contradição, pois, se alguma coisa é *uma causa*, deve ter por sua própria definição, sempre e necessariamente *o mesmo efeito*, de outra forma não é absolutamente uma causa. Ou tenta analisar os fenômenos que agem sobre os indivíduos e as reações individuais a eles em elementos mais simples, esperando assim encontrar fatos / **40** / simples, embora a dificuldade não seja com a complexidade dos dados, mas com a complexidade do contexto sobre o qual esses dados agem ou em que estão incorporados – ou seja, o da personalidade humana. Assim, no que diz respeito à complexidade dos dados sociais, o princípio da gravitação e o sorriso da Mona Lisa são simples em seu conteúdo objetivo, embora sua influência sobre as atitudes humanas tenha sido indefinidamente variada; o sistema complexo de um grafomaniaco ou o elaborado quadro de um homem sem talento e sem habilidade provoca reações muito mais uniformes. E, do lado individual, a atitude simples de ira pode ser provocada por uma variedade indefinida de fenômenos sociais, enquanto a atitude muito complicada do patriotismo militante aparece usualmente apenas em condições sociais muito definidas.

54.II.6 - Mas mais que isso. Longe de resolver o problema das variações individuais, tais uniformidades de reação às influências sociais, tal como podem ser encontradas, constituem um problema em si mesmas.

Pois, com a exceção das reações elementares a estímulos puramente físicos, que podem ser tratadas como idênticas devido à identidade da “natureza humana” e como tais pertencem à psicologia individual, todas as uniformidades com que a psicologia social tem de lidar são o produto de condições sociais. Se os membros de certo grupo reagem de maneira idêntica a certos valores, é porque foram socialmente treinados a reagir assim, porque as regras tradicionais de comportamento predominantes no dado grupo impõem a cada membro certos modos de definir e resolver as situações práticas com que se depara em sua vida. Mas o próprio sucesso desse treinamento social, o próprio fato de que os membros individuais efetivamente aceitam tais definições e agem de acordo com elas, não é menos um problema do que o fato oposto – o frequente insucesso do treinamento, a crescente afirmação da personalidade, a crescente variação da reação às regras sociais, a busca de definições pessoais – que caracterizam / 41 / as sociedades civilizadas. E assim, mesmo se constatamos que todos os membros de um grupo social reagem da mesma maneira a certo valor, não podemos ainda supor que este valor apenas seja a causa dessa reação, pois este último está também condicionado pela uniformidade de atitudes predominante no grupo; e esta própria uniformidade não pode ser tida como assentada e omitida – como omitimos a uniformidade das condições circundantes num fato físico – porque é o efeito particular de certas regras sociais que agem sobre os membros do grupo que, devido a certas predisposições, aceitaram essas regras e esse efeito pode ser em qualquer momento contrabalançado pela ação de diferentes causas e é de fato contrabalançado cada vez mais frequentemente pelo progresso da civilização.

55.II.7 - Em resumo, quando a teoria social supõe que um certo valor social é por si mesmo a causa de uma certa reação individual, é então forçada a indagar: “Mas por que esse valor produz este efeito particular quando age sobre esse indivíduo ou grupo particular nesse momento particular?” Certamente nenhuma resposta científica a uma tal questão é possível, uma vez que para explicar este “por que” teríamos de conhecer a totalidade do passado do indivíduo, da sociedade e do universo.

56.II.8 - Dificuldades metodológicas análogas surgem quando a teoria social tenta explicar uma mudança na organização social como resultado da atividade dos membros do grupo. Se tratamos a atividade individual como uma *causa* das mudanças sociais, toda mudança aparece como inexplicável, particularmente quando é “original” e apresenta muitas características novas. Este é, necessariamente, um ponto de acordo, pois todo produto da atividade individual é, num certo sentido, um novo valor e, nessa medida, original, como se não tivesse existido antes dessa atividade, mas em certos casos a importância da mudança trazida pelo indivíduo torna seu caráter incalculável e inexplicável particularmente impressionante. Ficamos, portanto, quase desesperançados de estender de maneira consistente / 42 / o princípio da causalidade às atividades dos “grandes homens”, embora ainda nos pareça que efetivamente compreendemos a atividade produtiva cotidiana do indivíduo humano médio ou das “massas”. Do ponto de vista metodológico, contudo, não é nem mais nem menos difícil explicar as maiores mudanças trazidas ao mundo social por um Carlos Magno, um Napoleão, um Marx ou um Bismarck do que explicar uma pequena mudança trazida por um camponês que dá início a um processo legal contra seus parentes ou compra um pedaço de terra para aumentar sua propriedade. A obra do grande homem, como a do homem comum, é resultado de sua tendência a modificar as condições existentes, de sua atitude com relação a seu ambiente social que o faz rejeitar certos valores existentes e produzir certos valores novos. A diferença está nos valores que são o objeto da atividade, na natureza, importância e complexidade dos problemas sociais colocados e resolvidos. A mudança na organização social produzida por um grande homem pode assim ser equivalente a uma acumulação de pequenas mudanças trazidas por milhões de homens comuns, mas a idéia de que um processo criativo é mais explicável quando dura por diversas gerações do que quando é desempenhado em alguns poucos meses ou dias ou que dividindo um processo criativo em um milhão de

pequenas partes destruimos sua irracionalidade, é equivalente à concepção de que por meio de uma combinação apropriada de elementos mecânicos numa máquina podemos produzir um *perpetuum mobile*.

57.II.9 - O fato simples e bem conhecido é que os resultados sociais da atividade individual dependem, não somente da própria ação, mas também das condições sociais em que é desempenhada; e, portanto, a causa de uma mudança social deve incluir tanto elementos individuais como sociais. Ao ignorar isso, a teoria social se defronta com uma tarefa infinita sempre que quer explicar a mais simples mudança social. Pois a mesma ação em diferentes condições sociais produz resultados completamente diferentes. É verdade que se as condições sociais são suficientemente estáveis, os resultados de / **43** / certas ações individuais são mais ou menos determináveis, pelo menos numa maioria suficiente de casos para permitir um cálculo prático aproximado. Sabemos que o resultado da atividade de um operário será certo produto técnico, que o resultado de um camponês iniciar um processo legal contra um membro de sua família será a dissolução dos laços familiares entre ele e esse membro, que o resultado da atividade de um juiz num caso criminal será a condenação e o encarceramento do transgressor se ele for declarado culpado. Mas tudo isso só permanece verdadeiro se as condições sociais permanecerem estáveis. No caso de uma greve na fábrica, não será possível ao operário terminar seu produto; supondo que a idéia de solidariedade familiar deixou de predominar num grupo de camponeses, o processo legal não provocará indignação moral; se a ação sobre a qual o juiz tem de pronunciar seu veredicto deixa de ser tratada como um crime devido a uma mudança de condições políticas ou de opinião pública, o transgressor, mesmo se condenado, será libertado. Um método que nos permite determinar apenas casos de atividade estereotipada e nos deixa desamparados em face de condições que mudaram não é um método científico, em absoluto, e se torna cada vez menos útil praticamente com o contínuo aumento da fluidez na vida social moderna.

58.II.10 - Além disso, a teoria social esquece também que a uniformidade dos resultados de certas ações é ela mesma um problema e exige explicação exatamente tanto quanto a exigem as variações. Pois a estabilidade das condições sociais sobre as quais a uniformidade dos resultados da atividade individual depende é ela própria um produto de atividades anteriores, não um status natural original que possa ser suposto como assentado. Tanto seu caráter como seu grau variam de grupo para grupo e de época para época. Certa ação pode ter de fato efeitos determinados e calculáveis numa certa sociedade e num certo período, mas terá efeitos completamente diferentes em outras sociedades e em outros períodos.

59.II.11 - E assim a teoria social se defronta mais uma vez com uma questão cientificamente absurda. Supondo que a atividade individual em si mesma é a causa de efeitos sociais, é preciso então indagar: “Por que certa ação produz este efeito particular neste momento particular nesta sociedade particular?” A resposta a esta questão exigiria uma explicação completa da totalidade do status da sociedade dada num dado momento e assim nos forçaria a investigar o passado inteiro do universo.

60.II.12 - O princípio metodológico fundamental tanto da psicologia social como da sociologia – o princípio sem o qual nunca poderiam chegar à explicação científica – é, portanto, o seguinte:

A causa de um fenômeno social ou individual nunca é apenas outro fenômeno social ou individual, mas é sempre uma combinação de um fenômeno social e um fenômeno individual.

Ou, em termos mais exatos:

*A causa de um valor ou de uma atitude nunca é apenas uma atitude ou um valor, mas sempre uma combinação de uma atitude e de um valor.*³

61.II.13 - É somente pela aplicação deste princípio que podemos eliminar as dificuldades com que a teoria social e a prática social têm lutado. Se desejamos explicar o aparecimento de uma nova atitude – seja num indivíduo ou num grupo inteiro – sabemos que essa atitude apareceu como consequência da influência de um valor social sobre o indivíduo ou o grupo, mas sabemos também que essa influência mesma / **45** / teria sido impossível a menos que tivesse havido alguma atitude pré-existente, algum desejo, hábito emocional ou tendência intelectual, à qual esse valor de alguma maneira fez apelo, favorecendo-o, contradizendo-o, dando a ele uma nova direção ou estabilizando suas expressões hesitantes. O nosso problema é, portanto, encontrar tanto o valor como a atitude pré-existente sobre a qual ele agiu e chegar a sua combinação à causa necessária e suficiente da nova atitude. Não seremos então forçados a indagar: “por que este valor provocou neste caso tal reação?” porque a resposta estará incluída no fato – na atitude pré-existente à qual o valor fez apelo. Nosso fato trará sua explicação em si mesmo, assim como o fato físico do movimento de um corpo elástico *B* quando colidido por outro corpo elástico em movimento *A* traz sua explicação em si mesmo. Podemos, se desejarmos, pedir uma explicação mais detalhada, não somente do aparecimento da nova atitude, mas também de certas características específicas dessa atitude, do mesmo modo que podemos pedir uma explicação, não somente do movimento do corpo *B* em geral, mas também da rapidez e da direção desse movimento; mas o problema sempre permanece limitado e a explicação está dentro do fato, no caráter da atitude pré-existente e do valor influenciador ou nas massas dos corpos *A* e *B* e a rapidez e a direção de seus movimentos anteriores a seu choque. Podemos de fato passar do fato dado para o novo – indagando, por exemplo: “como aconteceu que esta atitude à qual o valor fez apelo estivesse lá?”, ou “como aconteceu que o corpo *A* se moveu em direção ao corpo *B* até se chocarem?” Mas essa questão mais uma vez encontrará sua resposta limitada e definida se buscarmos da mesma maneira a causa da atitude pré-existente em alguma outra atitude e valor, ou do movimento em algum outro movimento.

62.II.14 - Tomemos alguns exemplos dos volumes que se seguem. Dois indivíduos, sob a influência de um comportamento tirânico / **46** / de seus pais, desenvolvem atitudes completamente diferentes. Um mostra submissão, o outro, revolta secreta e ressentimento. Se se supõe que a tirania do pai é a causa dessas atitudes opostas, precisamos conhecer a totalidade do caráter desses indivíduos e de seu passado para explicar a diferença de efeito. Mas se entendemos que a tirania não é a única causa dos dois fatos, mas somente um elemento comum que entra na composição de duas diferentes causas, nossa tarefa simples será encontrar os outros elementos dessas causas. Podemos encontrá-las, se nossos materiais forem suficientes, em certas atitudes persistentes desses indivíduos tal como expressas em palavras ou ações. Formamos hipóteses que adquirem cada vez mais certeza à medida em que comparamos muitos casos semelhantes. Chegamos assim à conclusão de que o outro elemento da causa é, no primeiro caso, a atitude de solidariedade familiar, no segundo caso, a tendência individualista para afirmar os desejos pessoais próprios de alguém. Temos assim dois fatos completamente diferentes e não precisamos procurar mais além. A diferença de efeitos é obviamente explicada pela diferença de causas e é necessariamente o que é. A causa da atitude de submissão

³ Pode-se objetar que deixamos de criticar a concepção de acordo com a qual a causa de um fenômeno social deve ser procurada não num fenômeno individual, mas exclusivamente em outro fenômeno social (Durkheim). Mas uma crítica dessa concepção está implicada na discussão anterior dos dados da teoria social. Como esses dados são tanto valores como atitudes, um fato deve incluir a ambos e uma sucessão de valores apenas não pode constituir um fato. Naturalmente grande parte depende também do que chamamos de um fenômeno “social”. Uma atitude pode ser tratada como um fenômeno social enquanto oposta ao “estado de consciência” da psicologia individual; mas é individual, mesmo se comum a todos os membros de um grupo, quando o opomos a um valor.

é a atitude de solidariedade familiar mais a tirania do pai; a causa da atitude de revolta é a tendência à auto-afirmação mais a tirania do pai.

63.II.15 - Como outro exemplo – desta vez um fenômeno de massa – tomemos o caso dos camponeses poloneses de certas comunidades do oeste que vão para a Alemanha para trabalho sazonal e mostram lá uniformemente um desejo de fazer tanto trabalho por peça quanto possível e trabalham tão duro quanto podem para aumentar seus ganhos, embora os camponeses dessas mesmas comunidades e até os mesmos camponeses individuais quando permanecem em seus lares e trabalham durante a estação nas propriedades rurais polonesas aceitem somente trabalho diário e recusem trabalho por peça sob os mais ridículos pretextos. Deveríamos nos inclinar a atribuir essa diferença / **47** / de atitudes às diferenças de condições, e de fato tanto os camponeses como os proprietários rurais poloneses dão esta explicação, embora difiram quanto à natureza das causas. Os camponeses dizem que as condições de trabalho por peça são menos favoráveis na Polônia do que na Alemanha; os proprietários rurais alegam que os camponeses na Alemanha são mais laboriosos porque são intimidados pelo despotismo dos proprietários rurais e dos administradores de fazendas alemães. As duas alegações estão erradas. As condições do trabalho por peça, quando comparadas com o trabalho diário, não são certamente menos favoráveis na Polônia do que na Alemanha, e os camponeses são mais laboriosos na Alemanha por sua própria conta, independentemente do muito real despotismo que lá encontram. Certamente, as condições são diferentes; a totalidade do ambiente social difere. O ambiente, contudo, não é a causa suficiente das atitudes. O ponto é que o camponês que vai para a Alemanha é levado para lá pelo desejo de progresso econômico e essa atitude predomina durante todo o período de trabalho sazonal, não por conta das condições mesmas, mas pelo sentimento de estar em novas condições definidas e produz o desejo de ganhar mais por meio de trabalho por unidade. Pelo contrário, o camponês que permanece em casa preserva nas atuais circunstâncias sua velha atitude para com o trabalho como um “mal necessário” e essa atitude, sob a influência das idéias tradicionais a respeito das condições de trabalho numa propriedade rural, produz a não disposição para aceitar o trabalho por peça. Aqui os dois componentes da causa – atitude pré-existente e idéia de valor – diferem e evidentemente os efeitos devem ser diferentes.

64.II.16 = Se temos agora de explicar o aparecimento de um valor social, sabemos que este valor é um produto da atividade de um indivíduo ou de certo número de indivíduos e nessa medida depende da atitude de que essa atividade é a expressão. Mas sabemos também que esse resultado é inexplicável a menos que tomemos em consideração o valor (ou o complexo de / **48** / valores) que foi o ponto de partida e o material social da atividade e que condicionou o resultado tanto quanto o fez a própria atitude. O novo valor é o resultado da solução de um problema colocado pelo valor pré-existente e a atitude ativa juntos; é o efeito comum de ambos. O produto de uma atividade – mesmo de uma atividade mecânica, tal como uma coisa manufaturada – somente adquire sua plena realidade social quando entra na vida social, se torna o objeto das atitudes do grupo, é socialmente valorizado. E só podemos compreender esse significado, que é uma parte essencial do efeito, se sabemos qual foi a situação social quando a atividade começou, qual era o valor social sobre o qual o indivíduo (ou os indivíduos) agia de maneira especial e que poderia ter sido completamente diferente daquele sobre o qual ele tencionava agir e imaginou que agia. Se introduzimos imediatamente esse valor pré-existente no fato como o componente necessário da causa, o efeito – o novo valor – será completamente explicável e não seremos forçados a indagar: “por que é que esta atividade trouxe nestas condições este particular efeito ao invés do efeito que se tencionava que trouxesse?”, mais do que o físico é forçado a indagar: “por que é que um corpo elástico que se chocou com outro corpo elástico muda a direção e a rapidez de seu movimento em vez de meramente mudar sua rapidez ou meramente sua direção?”

65.II.17 - Para assinalar alguns exemplos a mais, as instituições sociais americanas tentam, por meio de uma supervisão e interferência contínuas, desenvolver uma forte organização do grupo conjugal entre os imigrantes poloneses que começam a mostrar certos sinais de decadência de vida familiar e entre aqueles em quem a relação entre marido e mulher e as crianças não correspondem aos padrões americanos em certos aspectos. Os resultados dessa atividade são inteiramente desconcertantes. Longe de ser construtiva de novos valores, a interferência se mostra bastante destrutiva na grande / **49** / maioria dos casos, a despeito dos melhores esforços dos mais inteligentes especialistas em serviço social. Em alguns poucos casos não parecem afetar muito o estado de coisas existente; algumas vezes, de fato, embora muito raramente, traz bons resultados. Essa mesma variação torna o problema ainda mais complicado e difícil. Para explicar os efeitos, os especialistas em serviço social tentam levar em consideração a totalidade da história de vida e do caráter dos indivíduos com quem lidam, mas sem progredir muito em seus esforços. Todo o mal-entendido vem de que não percebem que os imigrantes poloneses, aqui, embora espalhados e perdendo a maior parte de sua coerência social, ainda não estão inteiramente esvaziados dessa coerência e constituem comunidades vagas e sujeitas a mudanças, mas até agora, em alguma medida, comunidades reais, e que essas comunidades têm trazido do seu antigo país diversas instituições sociais, entre as quais a mais importante é a instituição familiar. Nas novas condições, essas instituições gradualmente se dissolvem e estudaremos esse processo nos volumes posteriores. Mas a dissolução não é rápida e universal e assim o especialista em serviço social americano em sua atividade encontra, sem compreender, um conjunto de valores sociais que são completamente estranhos para ele e que sua atividade afeta diretamente sem que ele o saiba. No que diz respeito à organização da família, qualquer interferência de forças externas – autoridades políticas ou sociais – devem agir de modo desagregador sobre ela, porque afeta o princípio fundamental da família como instituição social – o princípio da solidariedade. Um indivíduo que aceita interferência externa em seu favor contra um membro da família peca contra esse princípio e um rompimento das relações familiares deve ser, assim, a consequência natural de atividades externas bem intencionadas mas insuficientemente esclarecidas. O efeito é trazido não por essas atividades apenas, mas pela combinação dessas atividades e a organização pré-existente da família camponesa. Naturalmente, se a organização da família é / **50** / diferente – se, por exemplo, num dado caso o grupo conjugal já tomou o lugar da grande família – o efeito será diferente porque a causa total é diferente. Ou, em vez da atitude protetora e para o camponês incompreensível do especialista em serviço social ou do oficial judicial, uma atitude diferente é posta em ação – se, por exemplo, a família é rodeada por uma comunidade forte e solidária de iguais que, do ponto de vista da solidariedade comunal, interfere com as relações familiares, assim como o fazem no antigo país – mais uma vez o efeito será diferente porque o outro componente da causa – a atitude enquanto expressa na ação – não mais é a mesma.

66.II.18 - Outro exemplo interessante é o resultado da perseguição nacional dos poloneses na Prússia, cujo objetivo era destruir a coesão nacional polonesa. Como resultado de todos os esforços que o poderoso Estado prussiano realizou contra os poloneses, a coesão nacional tem aumentado numa grande medida e a organização nacional tem incluído elementos que antes da perseguição eram muito indiferentes aos problemas nacionais – a maioria dos camponeses e das classes urbanas inferiores. O governo prussiano não compreendeu a existência e a luta do princípio de solidariedade comunal nas classes inferiores da sociedade polonesa e ao atacar certos interesses vitais dessas classes, religiosos e econômicos, contribuiu mais do que os esforços positivos da classe inteligente polonesa poderia ter feito para o desenvolvimento desse princípio e para sua extensão sobre toda a sociedade polonesa em Poznam, na Silésia e na Prússia Ocidental.

67.II.19 - Esses exemplos do resultado da violação de nossa regra metodológica poderiam ser multiplicados indefinidamente no campo da reforma social. A tendência comum dos reformadores é construir um

esquema racional da instituição social que desejam ver produzida ou abolida e então formular um plano ideal de atividades sociais que conduziria talvez / 51 / a uma realização de seu esquema se a vida social fosse meramente uma soma de ações individuais, cada uma delas começando de novo sem qualquer consideração pela tradição, cada uma tendo sua fonte exclusivamente na natureza psicológica do indivíduo e capaz de ser completamente dirigida, por motivos bem selecionados, na direção de metas sociais definidas. Mas como a realidade social contem não somente atos individuais, mas também instituições sociais, não somente atitudes, mas também valores fixados pela tradição e condicionando as atitudes, esses valores cooperam na produção do efeito final de maneira completamente independente e com frequência a despeito das intenções do reformador social. Assim, o socialista, se pressupõe que uma ação solidária e bem dirigida das massas irá realizar o esquema de uma organização socialista perfeita, ignora completamente a influência da totalidade da organização social existente que irá cooperar com as atitudes revolucionárias das massas na produção da nova organização e isso não somente devido à oposição daqueles que irão manter os valores tradicionais, mas também porque muitos daqueles valores, como regras socialmente sancionadas para definir as situações, continuarão a condicionar muitas atitudes das próprias massas e assim serão uma parte integral das causas do efeito final.

68.II.20 - Naturalmente, não afirmamos que a maneira apropriada de formulação dos fatos sociais nunca é usada pela teoria social ou pela prática social reflexiva. Pelo contrário, encontrâmo-la muito frequentemente aplicada no estudo de casos particulares e é ingenuamente usada nas relações comerciais e pessoais diárias. Nós a usamos em todos os casos que envolvem argumentação e persuasão. O homem de negócios, o lojista e o político usam-na muito sutilmente. Fomos compelidos no caso de nossos delinquentes juvenis a permitir aos juizes deixar de lado a formal e incompleta concepção dos fatos sociais e substituí-la no caso da criança pela fórmula apropriada. Mas o caso é que esta fórmula nunca foi aplicada com qualquer consistência / 52 / e desenvolvimento sistemático, embora a fórmula errada tenha sido usada muito plenamente e tenha conduzido a sistemas imponentes como, na prática reflexiva, toda a enorme e continuamente crescente complexidade do direito positivo e, na teoria social, à acumulação mais recente e limitada, mas rapidamente crescente, de obras sobre ciência política, filosofia do direito, ética e sociologia. Em cada passo tentamos forçar certas atitudes sobre outros indivíduos sem parar para considerar quais são suas atitudes dominantes em geral ou suas atitudes predominantes num dado momento; em cada passo tentamos produzir certos valores sociais sem tomar em consideração os valores já existentes e dos quais o resultado de nossos esforços irá depender tanto quanto de nossa intenção e de nossa persistência.

69.II.21 - A principal fonte desse grande erro metodológico, cujas várias consequências mostramos na primeira parte desta nota, situa-se provavelmente no fato de que a teoria social e a prática reflexiva começaram com problemas de organização política e legal. Tendo assim de tratar de atitudes relativamente uniformes e condições relativamente permanentes que caracterizaram as sociedades civilizadas há muitos milhares de anos atrás e se baseando, além disso, na força física como um instrumento supostamente infalível para a produção da uniformidade e da estabilidade sociais sempre que as atitudes desejáveis estavam ausentes, a teoria social e a prática reflexiva têm sido capazes de defender e desenvolver, sem notar seu disparate, um ponto de partida que somente seria científica e tecnicamente justificável se as atitudes humanas fossem absoluta e universalmente uniformes e as condições sociais absoluta e universalmente estáveis.

[Parte III (p. 52-65)]

70.III.1 - A aplicação e o desenvolvimento sistemáticos das regras metodológicas enunciadas acima levariam necessariamente a uma direção completamente diferente. Seu resultado final / **53** / não seria um sistema de definições, como leis e partes especiais da ciência política, nem um sistema de determinação filosófica da essência de alguns dados, como a filosofia do direito, a parte geral da ciência política, a ética e muitas obras sociológicas, nem um esboço geral da evolução social, como a sociologia da escola spenceriana ou as filosofias da história, mas um sistema de leis do devir social, em que as definições, as determinações filosóficas de essência e os esboços da evolução desempenhariam o mesmo papel que desempenham na ciência física – ou seja, constituiriam instrumentos, ao auxiliar a analisar a realidade e a encontrar leis ou conclusões, ao auxiliar a compreender o significado científico geral e a conexão das leis.

71.III.2 - É evidente que um tal resultado somente pode ser alcançado por meio de uma longa e persistente cooperação de teóricos sociais. Levou quase quatro séculos para a ciência física se constituir em sua presente forma e embora o trabalho do cientista social seja incalculavelmente facilitado pela longa formação no pensamento científico em geral que foi adquirido pela humanidade desde o período do Renascimento, tornou-se, por outro lado, mais difícil por certas características do mundo social enquanto comparado com o mundo natural. Não incluímos entre essas dificuldades a complexidade do mundo social que tem sido tão frequente e irrefletidamente ressaltada. A complexidade é uma característica relativa; depende do método e do propósito da análise. Nem o mundo social nem o mundo natural apresenta quaisquer elementos prontos e absolutamente simples e, neste sentido, são ambos igualmente complexos, porque são ambos infinitamente complexos. Mas essa complexidade é um problema metafísico, não um problema científico. Em ciência tratamos qualquer dado como um elemento simples se se comporta como tal em todas as combinações em que o encontramos e qualquer fato é um fato simples que pode se repetir indefinidamente – ou seja, em que a relação entre causa e efeito pode / **54** / ser suposta como sendo permanente e necessária. E sob esse aspecto é ainda um problema se o mundo social não irá se mostrar muito menos complexo do que o mundo natural se apenas analisarmos seus dados e determinarmos seus fatos por meio de métodos apropriados. A atribuição [*prepossession*] de complexidade deve-se ao modo naturalista de tratar a realidade social. Se se sustenta que o mundo social tem de ser tratado como uma expressão ou um produto da natureza psicológica, fisiológica ou biológica dos seres humanos, então, naturalmente, ele aparece como incomparavelmente mais complexo do que o mundo natural, porque ao organismo humano consciente já inescrutavelmente complexo como parte da natureza é acrescentado o fato de que num grupo social há numerosos e diversos seres humanos interagindo das maneiras as mais diversas. Mas se estudamos o mundo social, sem quaisquer atribuições naturalistas, simplesmente como uma pluralidade de dados específicos, causalmente inter associados num processo de devir, a questão da complexidade não mais é desconcertante para a teoria social do que é para a ciência física e pode mesmo se mostrar até menos desconcertante.

72.III.3 - A busca de leis não apresenta efetivamente quaisquer dificuldades especiais se nossos fatos tiverem sido adequadamente determinados. Quando constatamos que um certo efeito é produzido por uma certa causa, a formulação dessa dependência causal tem em si mesma o caráter de uma lei; ou seja, assumimos que sempre que esta causa se repete o efeito irá necessariamente se seguir. A necessidade adicional é de explicar as aparentes exceções. Mas essa necessidade de explicação, que é a grande

dificuldade para uma teoria que definiu seus fatos inadequadamente, se torna, pelo contrário, um fator de progresso quando o método apropriado é empregado. Pois, quando sabemos que certa causa somente pode ter um efeito determinado, quando supomos, por exemplo, que a atitude A mais o valor B é a causa da atitude C , então, se a causa presumida $A+B$ ocorre e o efeito esperado C não aparece, isso significa ou que / 55 / erramos ao supor que $A+B$ era a causa de C , ou que a ação de $A+B$ foi interferida pela ação de alguma outra causa $A+Y$ ou $X+B$ ou $X+Y$. No primeiro caso, a exceção nos dá a possibilidade de corrigir nosso erro; no segundo caso, ela nos permite ampliar nosso conhecimento encontrando uma nova conexão causal, pela determinação da causa em parte ou totalmente desconhecida $A+Y$ ou $X+B$ ou $X+Y$ que foi interferida pela ação de nosso já conhecido caso $A+B$ e produziu um efeito complexo $D=C+Z$, ao invés do esperado C . E assim a exceção de uma lei se torna o ponto de partida para a descoberta de uma nova lei.

73.III.4 - Essa explicação das aparentes exceções sendo a única exigência lógica que pode ser imposta a uma lei, é evidente que a diferença entre leis particulares e leis gerais é somente uma diferença do campo de aplicação, não uma diferença de validade lógica. Suponhamos que encontremos no presente trabalho algumas leis a respeito da vida social dos camponeses poloneses que mostram que sempre que há uma atitude pré-existente A e a influência de um valor B , outra atitude C aparece ou sempre que há um valor D e uma atividade direcionada por uma atitude E , um novo valor F é o efeito. Se as causas $A+B$ e $D+E$ são encontradas somente na vida social dos camponeses poloneses e em nenhum outro lugar, porque alguns de seus componentes – as atitudes ou os valores envolvidos – são peculiares aos camponeses poloneses, então, naturalmente, as leis $A+B=C$ e $D+E=F$ serão leis particulares somente aplicáveis à sociedade dos camponeses poloneses, mas, no interior desses limites tão objetivamente válidos quanto outros que a teoria social possa eventualmente encontrar de aplicabilidade à humanidade em geral. Não podemos estendê-las para além desses limites e não temos necessidade de estendê-las. Mas a situação será diferente se as atitudes A e E e os valores B e D não são peculiares à sociedade dos camponeses poloneses e, assim, as causas $A+B$ e $D+E$ podem ser encontradas também em outras sociedades. Então, as leis $A+B=C$ e $D+E=F$, baseadas nos / 56 / fatos descobertos entre os camponeses poloneses, terão um significado muito diferente. Mas não podemos estar certos se são válidas para outras sociedades até que tenhamos descoberto que em outras sociedades as causas $A+B$ e $D+E$ produzem os mesmos efeitos respectivos C e F . E uma vez que não podemos saber se esses valores e atitudes serão encontrados ou não em outras sociedades até que tenhamos investigado essas sociedades, o caráter de nossas leis deve permanecer até então indeterminado; não podemos dizer definitivamente se são leis absolutamente válidas embora aplicáveis somente aos camponeses poloneses ou somente hipoteticamente válidas embora aplicáveis a todas as sociedades.

74.III.5 - Sendo o problema das leis o mais importante problema da metodologia, iremos ilustrá-lo em detalhe com base em dois exemplos concretos. Naturalmente, não asseveramos realmente que as supostas leis que usamos nessas ilustrações estejam já estabelecidas; algumas delas são ainda hipóteses, outras são mesmo meras ficções. O propósito é dar um *insight* do mecanismo da investigação.

75.III.6 - Tomemos como primeiro exemplo a evolução da vida econômica do camponês polonês tal como descrita na introdução do primeiro e do segundo volumes deste trabalho. Encontramos aí, primeiro, um sistema de organização econômica familiar com um caráter inteiramente social e qualitativo de valores econômico-sociais, ao qual sucede um sistema individualista com uma quantificação dos valores. Esta sucessão enquanto tal não determina qualquer fato social; obtemos a fórmula dos fatos somente se encontramos a atitude que constrói o segundo sistema com base no primeiro. Ora, esta atitude é a tendência para o progresso econômico e assim os nossos fatos empíricos são subsumidos à fórmula: sistema familiar – tendência para o progresso – sistema individualista. Sendo os mesmos fatos encontrados de modo geral entre os camponeses poloneses de diversas localidades, podemos supor que essa fórmula expresse uma lei,

mas se / 57 / é uma lei aplicável somente aos camponeses poloneses ou a todas as sociedades depende de se uma tal organização econômica familiar associada à tendência ao progresso resulta sempre e em toda parte num sistema individualista. Podemos, além disso, determinar que se encontramos o sistema familiar, mas em vez da tendência para o progresso econômico encontramos outra atitude – por exemplo, o desejo de concentrar poder político na família – o resultado será diferente – por exemplo, o sistema feudal de propriedade fundiária hereditária. Ou podemos constatar que se a tendência para o progresso econômico age sobre um sistema diferente – por exemplo, um individualismo econômico plenamente desenvolvido – irá também conduzir a uma formação social diferente – por exemplo, à constituição de trustes [*trusts*]. Essas outras classes de fatos podem se tornar por sua vez as bases de hipóteses sociais se se mostrarem suficientemente gerais e uniformes. Mas, certamente, se a lei é particular ou geral, precisamos sempre ser capazes de explicar toda aparente exceção. Por exemplo, encontramos o sistema familiar e a tendência para o avanço num grupo familiar camponês polonês, mas não encontramos a formação do sistema individualista – a família tende a progredir como um todo. Nesse caso, devemos supor que a evolução foi obstruída por alguns fatores que mudam os resultados esperados. Pode haver, por exemplo, uma atitude muito forte de orgulho familiar desenvolvida tradicionalmente em todos os membros, como em famílias da nobreza camponesa que tiveram privilégios particulares durante o período da independência da Polônia. Neste caso, o orgulho familiar, cooperando com a tendência para o progresso, produzirá um sistema misto de organização econômica, com a quantificação de valores, mas sem o individualismo. E se nossa lei não se sustenta diante de todos esses testes, temos de descartá-la. Mas, mesmo então, podemos ainda supor que sua formulação foi demasiado geral, que no interior do âmbito dos fatos cobertos por esses conceitos uma lei mais delimitada e particular poderia ser descoberta – por exemplo, que o / 58 / sistema de “trabalhar para viver”, sob a influência da tendência para o progresso, se torna um sistema de “trabalhar por salário”.

76.III.7 - Como um outro tipo de exemplo, selecionamos um caso particular de prática jurídica e tentamos mostrar quais suposições estão implicitamente envolvidas nela, quais leis sociais são acriticamente assumidas e tentamos indicar de que modo as suposições do senso comum poderiam ser verificadas, modificadas, complementadas ou rejeitadas, de modo a torná-las objetivamente válidas. Pois, se a ciência é somente o senso comum desenvolvido, sistematizado e aperfeiçoado, o trabalho exigido para retificar o senso comum antes que se torne ciência é incomparavelmente maior do que usualmente se supõe.

77.III.8 - O caso é simples. Uma mulher polonesa (K) emprestou a outra (T) \$300 em diversas vezes. Depois de alguns anos, ela reclamou seu dinheiro de volta; a outra se recusa a pagar. K vai ao tribunal. As duas trazem testemunhas. As testemunhas são interrogadas. A primeira suposição da prática jurídica, que podemos colocar na forma de uma lei social, é: “Uma testemunha que prestou juramento de dizer a verdade irá dizer a verdade, a menos que haja razões para exceção [*exception*]”.⁴ Mas, de acordo com nossa definição, não pode haver tal lei onde somente dois elementos são dados. Poderia haver uma lei se tivéssemos (1) o juramento (um valor social); (2) uma atitude individual x , ainda a ser determinada; (3) um testemunho verdadeiro. Mas aqui o segundo elemento está faltando, ninguém determinou a atitude que, associada ao juramento, resulta num testemunho verdadeiro e, portanto, naturalmente, ninguém sabe como produzir tal atitude. Se supõe que a atitude necessária – qualquer que seja – / 59 / aparece automaticamente quando o juramento é obtido. Naturalmente, em muitos, senão na maioria dos casos, a suposição se mostra falsa e, se se mostra verdadeira, ninguém sabe por que. Em nosso caso, ela se mostrou

⁴ É o lado formal dessa suposição, não a esfera de sua aplicação, que é importante. Se admitimos poucas ou muitas exceções, se dizemos: “a testemunha com frequência (ou algumas vezes) diz a verdade”, não tem a menor importância para o problema do método. Há um enunciado geral e uma limitação deste enunciado, e tanto o enunciado como a limitação são carentes de fundamento – não podem ser explicados causalmente.

principalmente falsa. Não somente a testemunha da defesa, mas algumas das testemunhas da queixosa mentiram. Que explicação é possível? Naturalmente, poderíamos, se soubéssemos qual atitude é necessária para um testemunho verdadeiro, determinar porque ele não ocorreu ou qual seriam as influências que obstruíram sua ação. Mas, não o sabendo, temos simplesmente de usar alguma outra generalização de senso comum, tal como: “Se as testemunhas estão mentindo apesar do juramento, há algum interesse envolvido – pessoal, familiar, de amizade.” E essa foi a generalização admitida nesse caso e não tem qualquer validade porque não pode ser convertida numa lei; não podemos dizer que o interesse é a causa que faz as pessoas mentirem, mas precisamos mais uma vez ter o *tertium quid** – a atitude sobre a qual o interesse deve agir para produzir uma mentira. E, por outro lado, uma mentira pode resultar de outros fatores atuando sobre certas atitudes pré-existentes e este foi precisamente o caso no exemplo que estamos discutindo. Os camponeses poloneses mentem no tribunal porque trazem para a corte uma atitude beligerante. Uma vez que o processo seja iniciado, se torna uma luta onde considerações de honestidade ou altruísmo não têm mais nenhum peso e o único problema é – não ser vencido. Aqui temos, de fato, uma fórmula que pode se tornar, se suficientemente verificada, uma lei sociológica – o processo legal e uma atitude beligerante radical resultam em falsos testemunhos. As aparentes exceções serão então explicadas por influências que mudam ou a situação do processo legal ou a atitude. Assim, no caso efetivo, a essência da maioria dos testemunhos para a queixosa era verdadeira, ou seja, a reclamação era real. Mas a reclamação precedeu o processo legal; a mulher camponesa provavelmente não teria iniciado o processo legal sem uma justa reclamação, pois enquanto o / 60 / processo não tivesse começado, considerações de solidariedade comunal seriam aceitas como criando obrigação e uma reclamação falsa teria sido considerada a pior ofensa possível. A situação precedente ao processo era, em resumo: lei permitindo a recuperação do dinheiro que o devedor recusava-se a pagar – sentimento do credor de estar sendo enganado e desejo de reparação – queixa legal. Não havia nenhuma causa que tornasse possível uma reclamação falsa, pois a lei, subjetivamente para o camponês, somente pode ser aqui um meio de reparação, não um meio de erro ilícito, já que ele não a domina suficientemente para usá-la de modo errado e o desejo de reparação é a única atitude não compensada [*offset*] pelo sentimento de solidariedade comunitária.

78.III.9 - Seríamos levados longe demais se analisássemos todas as suposições feitas pela prática jurídica neste caso particular, mas mencionamos uma outra. O advogado de defesa tratou como absurda a reclamação da queixosa de que ela havia emprestado dinheiro sem qualquer juro determinado, enquanto ela poderia tê-lo investido por um bom juro e de uma maneira mais segura. A suposição era a de que, sendo dadas diversas possibilidades de investir o dinheiro, o sujeito irá sempre selecionar a que é mais lucrativa economicamente. Vemos aqui mais uma vez o erro formal de enunciar uma lei de dois termos. A lei somente pode criar obrigação se o terceiro termo, que está faltando, for inserido, ou seja, uma atitude do sujeito que podemos expressar aproximadamente: desejo de aumentar a fortuna ou a renda. Ora, no caso real, essa atitude, se existisse efetivamente, estaria compensada pela atitude da solidariedade comunal e entre as diversas possibilidades de investir o dinheiro, não aquela que seria mais lucrativa economicamente, mas aquela que daria satisfação à atitude de solidariedade seria selecionada.

79.III.10 - A forma da generalização jurídica é típica para todas as generalizações que assumem somente um dado ao invés de dois como suficiente para determinar o efeito. Torna-se, então, necessário acrescentar tantas novas generalizações do mesmo tipo / 61 / quantas a prática corrente exigir para explicar as exceções. Essas novas generalizações limitam a generalização fundamental sem aumentar positivamente o estoque de nosso conhecimento e a tarefa fica infundável. Assim, podemos enumerar indefinidamente as

* Em latim no original: “uma terceira coisa”. (N. do T.)

possíveis razões para uma testemunha não dizer a verdade a despeito do juramento prestado e isso ainda assim não irá nos ajudar a compreender por que ela diz a verdade quando diz isso. E com qualquer uma dessas razões de omissão o caso é o mesmo. Se dizemos que a testemunha não diz a verdade quando é contrária ao seu interesse, devemos mais uma vez acrescentar indefinidamente razões de omissão a partir desta regra sem aprender porque a testemunha mente quando a verdade não é contrária a seu interesse, como o faz. E assim por diante. Se na prática este processo de levar em consideração omissões, depois omissões para essas omissões etc., não prossegue indefinidamente, é simplesmente porque, numa dada situação, podemos parar em certo ponto com suficiente aproximação para fazer com que nosso erro não seja tão prejudicial praticamente.

80.III.11 - É evidente que o único modo de verificar, corrigir e complementar as generalizações de senso comum é acrescentar em todos os casos o terceiro elemento que falta. Não podemos, naturalmente, dizer antecipadamente quantas dessas generalizações irão, depois de tal conversão, permanecer leis sociológicas exatas; provavelmente, na medida em que se diz respeito à teoria sociológica, será mais econômico desconsiderar quase completamente os resultados do senso comum e investigar ao longo de linhas completamente novas e independentes. Mas para uma melhoria imediata da prática social, pode algumas vezes se mostrar útil tomar diferentes domínios da atividade prática e submetê-los à crítica.

81.III.12 - Em face da tendência predominante das generalizações de senso comum de negligenciar as diferenças de valores e atitudes predominantes nos diversos grupos sociais – uma tendência bem manifestada no exemplo precedente – o principal perigo / **62** / da sociologia ao procurar leis é antes superestimar e não subestimar a generalidade das leis que ela pode descobrir. Devemos, portanto, lembrar que há menos risco em supor que uma certa lei se aplica exclusivamente em dadas condições sociais do que em supor que ela pode ser estendida para todas as sociedades.

82.III.13 - O ideal da teoria social, como de todas as outras ciências nomotéticas, é interpretar tantos fatos quanto possível por meio de tão poucas leis quanto possível, ou seja, não somente explicar causalmente a vida de sociedades particulares em períodos particulares, mas subordinar essas leis particulares a leis gerais aplicáveis a todas as sociedades de todas as épocas – levando em consideração a evolução histórica da humanidade que continuamente traz novos dados e novos fatos e assim nos força a procurar novas leis em acréscimo àquelas já descobertas. Mas o fato de que a teoria social, enquanto tal, não pode testar seus resultados por meio do método de laboratório, mas deve assentar inteiramente na perfeição lógica de sua análise e síntese abstratas, torna o problema do controle da validade de suas generalizações particulares importante. A compreensão insuficiente do caráter desse controle foi a principal razão por que tantas obras sociológicas trazem um caráter de compósitos, intermediário entre a filosofia e a ciência e sem satisfazer as exigências de nenhuma delas.

83.III.14 - Já mencionamos acima o fato de que a teoria social, enquanto ciência nomotética, deve ser claramente distinguida de qualquer filosofia da vida social que tenta determinar a essência da realidade social ou esboçar o processo único da evolução social. Essa distinção se torna particularmente marcada quando alcançamos o problema de testar as generalizações. Toda lei científica relaciona-se com os próprios fatos empíricos em sua total variedade, não com sua essência comum subjacente e, por conseguinte, toda nova descoberta no domínio que ela abrange afeta-a direta e / **63** / imediatamente ou corroborando-a ou invalidando-a. E, como as leis científicas dizem respeito a fatos que se repetem, automaticamente se aplicam ao futuro assim como ao passado e novos acontecimentos no domínio abrangido pela lei devem ser tomados em consideração ou como justificando ou como contradizendo a generalização baseada em acontecimentos do passado ou exigindo que essa generalização seja complementada por uma nova.

84.III.15 - E, assim, o critério essencial da ciência social em contraste com a filosofia social é a dependência direta de suas generalizações em relação a novas descobertas e novos acontecimentos. Se uma generalização social não é permanentemente qualificada pela suposição de que em qualquer momento uma nova experiência singular pode contradizê-la, forçando-nos a rejeitá-la ou a suplementá-la por outras generalizações, ela não é científica e não tem lugar na teoria social, a menos que um princípio geral auxilie a sistematizar as generalizações propriamente científicas. O físico, o químico e o biólogo têm aprendido por meio do uso de experimentos que suas generalizações somente são cientificamente frutuosas se estão sujeitas à checagem de um possível fracasso experimental e assim o uso de experimentos os tem auxiliado a passar da *philosophia naturalis* medieval para a ciência natural moderna. O teórico social deve seguir seu exemplo e metodicamente buscar somente generalizações tais que sejam sujeitas à checagem de uma possível contradição por fatos novos e deve deixar as essências e os significados, empiricamente inabordáveis, a quem pertencem apropriadamente e onde têm uma importância e validade reais, embora diferentes – à filosofia.

85.III.16 - O teste final da teoria social, como temos ressaltado ao longo da presente nota, será sua aplicação na prática e assim suas generalizações estarão também sujeitas em último recurso à checagem de um possível fracasso. Todavia, aplicação prática não é experimentação. Os resultados / **64** / das ciências físicas são também finalmente testados por meio de sua aplicação à indústria, mas isso não altera o fato de que o teste é feito com base em experimentos de laboratório. A diferença entre experimento e aplicação é dupla: (1) os próprios problemas usualmente diferem em complexidade. O experimento por meio do qual testamos uma lei científica é artificialmente simplificado em face ao problema teórico especial, enquanto que na aplicação de resultados científicos para atingir um propósito prático temos de tratar de uma situação muito mais complexa, necessitando usar diversas leis científicas e o cálculo de sua interferência. Esta é uma questão de que trataremos em breve. (2) Nos experimentos de laboratório, a questão do valor prático imediato do sucesso ou do fracasso é essencialmente excluída em favor de seu valor teórico. Se o químico, ao tentar uma nova combinação, irá consumir seus materiais e ter de comprar um novo suprimento, se a nova combinação valerá mais ou menos dinheiro do que os elementos usados, são questões do ponto de vista da ciência completamente irrelevantes; e mesmo um fracasso, se coloca o cientista no caminho de uma nova lei, será mais valioso do que um sucesso se ele meramente corrobora mais uma vez uma lei antiga e bem estabelecida. Mas ao aplicar resultados científicos na prática temos essencialmente o valor prático do sucesso ou do fracasso em vista. É impensável que um químico colocado para dirigir a produção de uma nova espécie de sabão numa fábrica viesse a testar sua teoria por meio de da aplicação direta e risco da destruição de materiais no valor de cem mil dólares, em vez de testá-la anteriormente em pequena escala por meio de experimentos de laboratório. Ora, em todos os assim chamados experimentos sociais, por menor que seja a escala, a questão do valor prático está envolvida, porque os objetos desses experimentos são homens, o cientista social não pode excluir a questão das decorrências de seus "experimentos" sobre o futuro daqueles que são afetados por eles. Por conseguinte, / **65** / raramente ou nunca está justificado em arriscar um fracasso para o fim de testar sua teoria. Naturalmente, ele assume e pode assumir riscos, não como cientista, mas como homem prático; ou seja, está justificado em assumir o risco de trazer algum prejuízo se há mais chances de benefício do que de dano para aqueles sobre os quais ele opera. Seu risco é, então, o risco prático envolvido em toda aplicação de uma ideia, não o risco teórico especial envolvido no mero teste de uma ideia. E, para diminuir esse risco prático, ele deve tentar fazer sua teoria tão certa e aplicável quanto possível antes de tentar aplicá-la de fato, e somente pode assegurar esse resultado e passar para o prático social profissional generalizações pelo menos aproximadamente tão aplicáveis quanto aquelas da ciência física, se usar a checagem da contradição por meio de nova experiência. Isso significa

que, ao lado de usar somente tantas generalizações que possam ser contraditadas por experiências novas, ele deve não esperar até que experiências novas se imponham a ele por acidente, mas deve procurar por elas, deve instituir um método sistemático de *observação*. E, enquanto é somente natural que um cientista, para formar uma hipótese e dar a ela algum montante de probabilidade, tenha de procurar em primeiro lugar experiências tais que possam corroborá-la, sua hipótese não pode ser considerada inteiramente testada até que tenha feito subsequentemente uma busca sistemática de tais experiências que possam contradizê-la e provado que essas contradições são somente aparentes, explicáveis pela interferência de fatores definidos.

[Parte IV (p. 65-74)]

86.IV.1 - Supondo agora que a teoria social cumpre sua tarefa satisfatoriamente e avança na descoberta de novas leis que possam ser aplicadas para regular o devir social, qual será o efeito disso sobre a prática social? Antes de tudo, as limitações com que a prática social tem lutado até o presente serão gradualmente removidas. Uma vez que é teoricamente possível descobrir quais influências sociais devem ser aplicadas a certas / **66** / atitudes já existentes para produzir certas atitudes novas e quais atitudes devem ser desenvolvidas com relação a certos valores sociais já existentes para fazer com que o indivíduo ou o grupo produza certos valores sociais novos, não há um único fenômeno no interior de toda a esfera da vida humana que o controle consciente não possa alcançar mais cedo ou mais tarde. Não há obstáculos objetivos na natureza do mundo social ou na natureza da mente humana que impediriam essencialmente a prática social de atingir gradualmente o mesmo grau de eficiência daquele da prática industrial. Os únicos obstáculos são de gênero subjetivo.

87.IV.2 - Há, em primeiro lugar, a apreciação tradicional da atividade social como meritória em si mesma, apenas pelas suas intenções. De fato, deve haver alguns resultados para fazer com que as boas intenções contem; porém, uma vez que qualquer coisa feita seja considerada como meritória, os padrões pelos quais o resultados são apreciados são surpreendentemente baixos. A prática social deve deixar de ser uma questão de mérito e ser tratada como uma necessidade. Se se pede ao teórico que esteja seguro de suas generalizações antes de tentar aplicá-las na prática, é pelo menos estranho que se permita às pessoas meramente de boa vontade colocarem à prova sobre a sociedade, indefinida e irresponsavelmente, suas idéias vagas e talvez sentimentais.

88.IV.3 - O segundo obstáculo para o desenvolvimento de uma prática social perfeita é a bem conhecida ausência de disposição do homem de senso comum para aceitar o controle da técnica científica. Contra essa ausência de disposição, há somente uma arma – o sucesso. Isto é o que a história da técnica industrial mostra. Não há talvez um único caso em que a primeira aplicação da ciência a qualquer campo de prática sustentada pelo senso comum e pela tradição não tenha provocado a oposição ao aplicador prático [*practitioner*]. Está ainda na memória do homem que o velho agricultor com seus métodos de senso comum riu diante da idéia de que o comprador poderia ensinar a ele alguma / **67** / coisa a respeito de agricultura e era mais do que cético a respeito da aplicação dos resultados da análise dos solos ao crescimento das safras. O medo de coisas novas é ainda forte mesmo entre pessoas cultas e o técnico social tem de esperar que venha a satisfazer em quase todos os passos essa velha hostilidade típica do senso comum à ciência.

Ele somente pode aceitá-la e interpretá-la como uma exigência para mostrar a superioridade de seus métodos por meio de seus resultados.

89.IV.4 - Porém, a dificuldade mais importante que a prática social tem de superar antes de alcançar um nível de eficiência comparável àquele da prática industrial está na dificuldade de aplicar as generalizações científicas. As leis da ciência são abstratas, enquanto que as situações práticas são concretas e exige uma atividade intelectual especial descobrir quais são as questões práticas que uma dada lei pode ajudar a resolver ou quais são as leis científicas que podem ser usadas para resolver uma dada questão prática. Na esfera física esta atividade intelectual tem sido incorporada na tecnologia e é somente desde que o tecnólogo veio a intervir entre o cientista e o praticante [*practitioner*] que a prática material adquiriu definidamente o caráter de uma técnica auto-consciente e se desenvolvendo engenhosamente e deixou de depender de regras tradicionais irracionais e com frequência não razoáveis. E se a prática material precisa de uma tecnologia a despeito do fato de que as generalizações que a ciência física entrega a ela já foram testadas experimentalmente, esta necessidade é muito mais urgente na prática social onde a aplicação de generalizações científicas está em seu primeiro e único teste experimental.

90.IV.5 - Não podemos entrar aqui em indicações detalhadas do que deva ser a tecnologia social, mas precisamos levar em conta o principal ponto de seu método – a forma geral que todo problema concreto de técnica social assume. Qualquer que possa ser a meta da prática social – a modificação de atitudes / **68** / individuais ou de instituições sociais – ao tentar atingir esta meta nunca encontramos os elementos que queremos usar ou modificar isolados e esperando passivamente por nossa atividade, mas sempre incorporados em *situações* práticas ativas, que se formaram independentemente de nós e a que nossa atividade tem de se sujeitar.

91.IV.6 - A situação é o conjunto de valores e atitudes com que o indivíduo ou o grupo tem de lidar num processo de atividade e com relação ao qual esta atividade é planejada e seus resultados apreciados. Toda atividade concreta é a solução de uma situação. A situação envolve três espécies de dados: (1) As condições objetivas sob as quais o indivíduo ou a sociedade tem de agir, ou seja, a totalidade dos valores – econômicos, sociais, religiosos, intelectuais etc. – que num dado momento afetam direta ou indiretamente o status consciente do indivíduo ou do grupo. (2) As atitudes pré-existentes do indivíduo ou do grupo que num dado momento têm uma influência efetiva sobre seu comportamento. (3) A definição da situação, ou seja, a concepção mais ou menos clara das condições e a consciência das atitudes. E a definição da situação é uma preliminar necessária a qualquer ato de vontade, pois em dadas condições e com um dado conjunto de atitudes uma pluralidade indefinida de ações é possível e uma ação definida somente aparece se essas condições são selecionadas, interpretadas e combinadas de um determinado modo e se uma certa sistematização dessas atitudes é alcançada, de modo que uma delas se torna predominante e subordina as outras. Acontece, de fato, que um certo valor se impõe imediata e irrefletidamente e conduz de uma vez à ação, ou que uma atitude tão logo apareça, exclui as outras e se expressa sem hesitação num processo ativo. Nesses casos, de que os exemplos mais radicais são encontrados em ações reflexas e instintivas, a definição já está dada / **69** / para o indivíduo pelas condições externas ou por suas próprias tendências. Mas comumente há um processo de reflexão, depois do qual ou uma definição social pronta é aplicada ou uma nova definição pessoal é elaborada.

92.IV.7 - Tomemos um exemplo típico a partir do quinto volume do presente trabalho, que diz respeito à vida familiar dos imigrantes nos Estados Unidos. Um marido, ao ficar sabendo da infidelidade de sua esposa, abandona-a. As condições objetivas foram: (1) a instituição social do casamento com todas as regras envolvidas; (2) a esposa, o outro homem, as crianças, os vizinhos e em geral todos os indivíduos que constituem o ambiente habitual do marido e, em certo sentido, dados para ele como valores; (3) certas

condições econômicas; (4) o fato da infidelidade da esposa. Em relação a todos esses valores o marido tinha certas atitudes, algumas delas tradicionais, outras desenvolvidas recentemente. Ora, talvez sob a influência da descoberta da infidelidade de sua esposa, talvez depois de ter desenvolvido alguma atitude nova em relação ao lado sexual ou econômico do casamento, talvez simplesmente influenciado pelo conselho de um amigo na forma de um esquema rudimentar da situação ajudando-o a “ver o ponto”, ele define a situação por si mesmo. Ele toma certas condições em consideração, ignora ou negligencia outras ou lhes dá certa interpretação em vista de algum valor importante, que pode ser a infidelidade de sua esposa ou os encargos econômicos da vida familiar de que esta infidelidade lhe dá o pretexto para se livrar, ou talvez alguma outra mulher, ou a piedade meio irônica de seus vizinhos etc. E em sua definição alguma atitude – inveja sexual ou desejo de liberdade econômica, ou amor por outra mulher, ou desejo de reconhecimento ofendido – ou um complexo dessas atitudes, ou uma nova atitude (ódio, desgosto) subordina para ele mesmo as outras e se manifesta principalmente na ação subsequente que é evidentemente uma solução da situação, e determinada inteiramente tanto em seus componentes sociais como em em seus / 70 / componentes individuais pelo conjunto todo de valores, atitudes e esquemas reflexivos que a situação incluía. Quando uma situação é resolvida, o resultado da atividade se torna um elemento de uma nova situação e isso é mais claramente evidenciado em casos em que a atividade traz uma mudança de uma instituição social cujo funcionamento insatisfatório foi o principal elemento da primeira situação.

93.IV.8 - Ora, enquanto a tarefa da ciência é analisar por meio de de um estudo comparativo a totalidade do processo de atividade em fatos elementares, devendo, portanto, ignorar a diversidade das situações concretas para ser capaz de encontrar leis de dependência causal de atitudes ou valores abstratamente isolados em relação a outras atitudes e valores, a tarefa da técnica é proporcionar os meios de um controle racional das situações concretas. A situação pode evidentemente ser controlada ou por uma mudança das condições ou por uma mudança de atitudes, ou por ambas, e sob este aspecto o papel da técnica como aplicação da ciência é facilmente caracterizado. Comparando situações de um certo tipo, o técnico social deve encontrar quais são os valores predominantes ou as atitudes predominantes que determinam a situação mais que outros, e então a questão é modificar esses valores ou essas atitudes da maneira desejada usando o conhecimento da causação social dado pela teoria social. Assim, podemos descobrir que algumas das situações entre os imigrantes poloneses nos Estados Unidos que resultam na deserção dos maridos são principalmente determinadas pela infidelidade das esposas, outras por elas serem briguentas, outras por más condições econômicas, outras ainda por desejo de liberdade do marido etc. E, se num dado caso sabemos quais influências se aplicam para modificar esses fatores dominantes, podemos modificar a situação de acordo com isso, e idealmente podemos provocar no indivíduo um comportamento em conformidade com qualquer esquema dado de atitudes e valores.

94.IV.9 - Certamente, pode acontecer que, a despeito de um conhecimento científico adequado das leis sociais que permitam a / 71 / modificação daqueles fatores que queremos mudar, nossos esforços venham a deixar de influenciar a situação ou venham produzir uma situação mais indesejável do que aquela que desejávamos evitar. A falha é, então, com o nosso conhecimento técnico. Ou seja, ou fracassamos em determinar a importância relativa dos diversos fatores, ou fracassamos em antever a influência de outras causas que, interferindo com nossa atividade, produzem um efeito completamente inesperado e indesejado. E dado que é impossível esperar de todo prático profissional [*practitioner*] uma formação científica completa e ainda mais impossível fazê-lo elaborar um plano de ação, cientificamente justificado e detalhado, para cada caso concreto em particular, a tarefa especial do técnico social é preparar, com a ajuda tanto da ciência como da observação prática, esquemas e planos de ação completos para todos os diversos *tipos* de situações que podem ser encontradas numa dada linha de atividade social e deixar para o prático

profissional [*practitioner*] a subordinação da situação concreta dada a seu tipo apropriado. Este é efetivamente o papel que todos os organizadores de instituições sociais têm desempenhado, mas a técnica mesma deve se tornar mais consciente e metodicamente perfeita, e cada campo de atividade social deveria ter seus técnicos profissionais. A evolução da vida social torna necessárias modificações e desenvolvimentos contínuos da técnica social e podemos esperar que a evolução da teoria social colocará continuamente novas e úteis generalizações científicas no interior do âmbito do técnico social; este último deve portanto ficar em permanente contato tanto com a vida social como com a teoria social e isso exige uma especialização muito maior do que encontramos efetivamente.

95.IV.10 - Porém, por mais eficiente que este tipo de técnica social possa se tornar, sua aplicação terá sempre certos limites além dos quais um tipo diferente de técnica será mais útil. De fato, a forma de controle social acima esboçada pressupõe que o indivíduo – ou o grupo – seja tratado / **72** / como um objeto passivo de nossa atividade e que mudemos as situações para ele, de caso para caso, de acordo com nossos planos e intenções. Mas a aplicação desse método se torna cada vez mais difícil à medida que as situações se tornam mais complexas, mais novas e inesperadas de caso para caso e mais influenciadas pela própria reflexão dos indivíduos. E, de fato, tanto do ponto de vista moral como do hedonista e também do ponto de vista do nível de eficiência do indivíduo e do grupo, é desejável desenvolver nos indivíduos a habilidade para controlar espontaneamente suas próprias atividades por meio de reflexão consciente. Para usar uma comparação biológica, o tipo de controle em que o prático profissional [*practitioner*] prescreve para o indivíduo um esquema de atividade apropriado para cada crise à medida em que ela surge corresponde ao tipo de controle trópico ou reflexo na vida animal, onde a atividade do indivíduo é controlada mecanicamente por meio de estímulos de fora, enquanto que o controle refletido e individualista corresponde ao tipo de atividade característica do organismo mais altamente consciente, onde o controle é exercido de dentro pelo mecanismo seletivo do sistema nervoso. Enquanto nos grupos tribais, comunais, de parentesco e religiosos iniciais, e em grande medida no estado histórico, a sociedade mesma proporciona um conjunto rigoroso e particularista de definições na forma de “costumes” ou “*mores*”, a tendência para avançar está associada à liberdade do indivíduo de elaborar suas próprias definições.

96.IV.11 - Supusemos ao longo de toda esta argumentação que, se uma técnica adequada é desenvolvida, é possível produzir quaisquer atitudes e valores desejáveis, mas essa suposição somente é justificada praticamente se encontramos no indivíduo atitudes que não podem evitar resposta à classe de estímulos que a sociedade é capaz de aplicar a ele. E aparentemente encontramos de fato essa disposição. Todo indivíduo tem uma vasta variedade de desejos que somente podem ser satisfeitos por meio de sua / **73** / incorporação numa sociedade. Entre seus padrões gerais de desejos, podemos enumerar: (1) o desejo de nova experiência, de estimulações novas; (2) o desejo de reconhecimento, incluindo, por exemplo, a resposta sexual e a apreciação social geral, e a assegurada por recursos que vão desde a ostentação de um ornamento até a demonstração do mérito por meio de uma realização científica; (3) o desejo de domínio, ou a “vontade de poder”, exemplificada pela posse, tirania doméstica, despotismo político, baseada no instinto de ódio, mas capaz de ser sublimada em ambição louvável; (4) o desejo de segurança, baseado no instinto de medo e exemplificado negativamente pela desgraça do indivíduo em perpétua solidão ou sujeito a um tabu social. A sociedade, de fato, é um agente de repressão de muitos dos desejos do indivíduo; ela exige que ele seja moral pela repressão ao menos dos desejos que são irreconciliáveis com o bem-estar do grupo; não obstante proporciona, porém, o único meio no interior do qual qualquer de seus esquemas ou desejos podem ser gratificados. E seria supérfluo assinalar por meio de exemplos o grau em que a sociedade foi no passado capaz de impor seus esquemas de atitudes e valores ao indivíduo. O volume *Folkways*, do Professor Sumner, é praticamente uma coleção de tais exemplos e, longe de nos desencorajar como desencorajam o

Professor Sumner, devem ser considerados como provas da capacidade do indivíduo de se conformar a qualquer definição, de aceitar qualquer atitude, desde que seja uma expressão da vontade pública ou represente a apreciação mesmo de um grupo limitado. Para tomar um só exemplo do presente, ser um bastardo ou a mãe de um bastardo tem sido considerado até agora como alguma coisa não desejável, mas temos neste momento relatos de que uma das nações européias em guerra está oficialmente engravidando suas mulheres e moças não casadas e mesmo mulheres casadas cujos maridos estão na frente de batalha. Se isso é verdadeiro (o que / 74 / não supomos) temos uma nova definição e uma nova avaliação da maternidade emergindo da luta dessa sociedade contra a morte e podemos antecipar uma nova atitude – que as crianças resultantes e suas mães serão objeto de extraordinária apreciação social. E mesmo se constatarmos que as atitudes não são tão tratáveis como temos suposto, que não é possível provocar todas as atitudes desejáveis, ainda estaremos na mesma situação que, digamos, a física e a mecânica: teremos o problema de assegurar o mais alto grau de controle possível em vista da natureza dos nossos materiais.

[Parte V (p. 74-86)]

97.V.1 - Quanto ao presente trabalho, evidentemente não pode em qualquer sentido pretender estabelecer a teoria social numa base definitivamente científica. É claro com base na discussão precedente que o trabalho de muitos estudiosos e muito tempo serão necessários antes que nos libertemos dos modos tradicionais de pensar, desenvolvamos um método de trabalho completamente eficiente e exato e alcancemos um sistema de generalizações cientificamente corretas. Nossa tarefa presente, muito limitada, é a preparação de certo corpo de materiais, ainda que ocasionalmente venhamos a ir além dele e tentemos chegar a algumas generalizações.

98.V.2 - Nosso objeto é uma classe de uma sociedade moderna em toda a complexidade concreta de sua vida. A seleção da sociedade camponesa polonesa, motivada no início por razões algo acidentais, tais como a intensidade da imigração polonesa e a facilidade de obter materiais relativos ao camponês polonês, mostrou-se durante a investigação ser uma seleção feliz. O camponês polonês encontra-se hoje em dia num período de transição a partir de antigas formas de organização social a que foi forçado, com apenas mudanças insignificantes, por muitos séculos, para uma forma de vida moderna. Ele preservou o suficiente das velhas atitudes para tornar possível a sua reconstrução sociológica e está suficientemente / 75 / avançado no novo caminho para tornar particularmente frutífero o estudo do desenvolvimento de atitudes modernas. Ele foi convidado pelas classes superiores para colaborar na construção da vida nacional polonesa e em algumas linhas seu desenvolvimento se deve a esforços educacionais conscientes de seus líderes – a nobreza, o clero, a classe média. Sob este aspecto, tem o valor de um experimento de técnica social; os sucessos, assim como os fracassos, dessa atividade educacional das classes superiores são muito importantes para o serviço social. Esses mesmos esforços das classes superiores têm uma importância sociológica particular face às condições em que a sociedade polonesa tem vivido durante o último século. Como uma sociedade sem um Estado, dividida entre três estados e constantemente obstruída em todos os

seus esforços para preservar e desenvolver uma vida cultural distinta e única, se depara com um dilema – ou desaparecer ou criar substitutos tais para uma organização do Estado que lhe permitissem resistir à ação destrutiva dos Estados opressores; ou, de modo mais geral, existir sem a estrutura de um Estado. Esses substitutos foram criados e são interessantes sob dois aspectos. Primeiro, mostram, de forma excepcionalmente intensa e em grande medida isolada, a ação de certos fatores de unidade social que existem em toda sociedade, mas que em condições normais estão subordinados à organização do Estado e raramente são considerados suficientemente na reflexão sociológica. Em segundo lugar, a falta de permanência de toda instituição social e a insegurança de todo valor social em geral, que resulta das tendências destrutivas dos Estados estrangeiros dominantes, trazem com elas uma necessidade de desenvolvimento e de manter constantemente vivas todas as atividades necessárias para reconstruir novamente todos os valores que foram destruídos. Todo o mecanismo de criação social aqui fica, portanto, particularmente transparente e fácil de compreender e em geral o papel das atitudes humanas na / 76 / vida social se torna muito mais evidente do que numa sociedade que não vive sob a mesma tensão, mas que é capaz de repousar em larga medida na organização formal herdada para a preservação de sua cultura e unidade.

99.V.3 - Usamos neste trabalho o método indutivo de uma forma que dá lugar o menos possível a quaisquer enunciados arbitrários. A base do trabalho constitui-se de materiais concretos e somente na seleção desses materiais alguma discriminação necessária foi usada. Mas mesmo aqui tentamos proceder da maneira a mais cautelosa possível. As cartas privadas que constituem os primeiros dois volumes* precisaram de uma seleção relativamente pequena, particularmente à medida que foram organizadas em séries por famílias. Nossa tarefa limitou-se à exclusão daquelas cartas que no conjunto todo da coleção nada continham senão uma repetição de situações e atitudes mais completamente representadas nos materiais que aqui publicamos. Nos volumes seguintes, a seleção pode ser mais severa, à medida que as conclusões dos volumes precedentes podem ser usadas como orientação.

100.V.4 - As análises das atitudes e dos caracteres dadas em notas a cartas particulares e nas introduções a séries particulares nada contêm que não esteja contido essencialmente nos próprios materiais; sua tarefa é somente isolar atitudes singulares, mostrar suas analogias e dependências e interpretá-las em relação ao *background* social sobre o qual aparecem. Nossa familiaridade com a sociedade polonesa simplesmente nos ajuda a anotar dados e relações que talvez não tivessem sido notados tão facilmente por alguém não imediatamente familiarizado com a vida do grupo.

101.V.5 - Finalmente, as sínteses que constituem as introduções aos volumes particulares também se baseiam nos materiais, com algumas poucas exceções onde se considerou necessário extrair alguns dados de publicações etnológicas ou estudos sistemáticos poloneses. As fontes são sempre citadas. / 77 /

102.V.6 - O caráter geral da obra é principalmente aquele de uma sistematização e classificação de atitudes e valores predominantes num grupo concreto. Toda atitude e todo valor, como dissemos acima, somente pode ser realmente compreendido associado à vida social total de que é um elemento e, portanto, esse método é o único que nos dá uma plena e sistemática familiaridade com toda a complexidade da vida social. Mas é evidente que esta monografia deve ser seguida por muitas outras, se quisermos que a nossa familiaridade com a realidade social seja completa. Outros grupos eslavos, particularmente os russos; os franceses e os alemães, enquanto representam diferentes tipos de sociedades mais eficientes; os americanos, como o mais conspícuo experimento de individualismo; os judeus, enquanto representam adaptações sociais particulares sob pressões sociais peculiares; o oriental, com suas atitudes e valores amplamente

* A referência aqui é, mais uma vez, à edição original, em 5 volumes. (N. do T.)

divergentes; o negro, com seu nível cultural mais baixo e sua posição social única – esses e outros grupos sociais devem ser incluídos numa série de monografias que, em sua totalidade, darão pela primeira vez uma ampla e segura base para todas e quaisquer generalizações sociológicas. Naturalmente, o valor de cada monografia aumentará com o desenvolvimento do trabalho, pois não somente o método melhorará continuamente, mas cada grupo social ajudará a compreender todos os outros.

103.V.7- Ao selecionar o método monográfico para o presente trabalho e ao insistir em como é desejável o preparo adicional de amplos corpos de materiais representando a vida total de diferentes grupos sociais, não ignoramos o outro método de abordagem de uma teoria e prática em ciência social – o estudo de problemas especiais, de aspectos isolados da vida social. E não estamos obrigados mesmo a esperar até que todas as sociedades tenham sido estudadas monograficamente, em sua realidade total concreta, antes de iniciar o estudo comparativo de problemas particulares. De fato, o estudo de uma única sociedade, tal como / **78** / empreendemos aqui, com frequência é suficiente para mostrar que papel é desempenhado por uma classe particular de fenômenos na vida total de um grupo e nos dar em seu caminho indicações suficientes para o isolamento dessa classe com base em seu contexto social sem omitir qualquer interação importante que possa existir entre os fenômenos desta classe e outros e possamos, então, usar esses indicadores ao tomar as espécies correspondentes de fenômenos em outras sociedades como objetos de investigação comparada.

104.V.8 - Por meio de exemplos, assinalamos aqui certos problemas sugeridos a nós pelo estudo dos camponeses poloneses para os quais este estudo propicia um bom ponto de partida:⁵

105.V.9 - 1. *O problema da individualização.* – O quanto a individualização é compatível com a coesão social? Quais são as formas de individualização que podem ser consideradas socialmente úteis ou socialmente prejudiciais? Quais são as formas de organização social que permitem o maior montante de individualismo?

106.V.10 - Fomos levados às suposições de que, de modo geral, a individualização é o estágio intermediário entre uma forma de organização social e outra; que sua utilidade social depende de seu caráter mais ou menos construtivo – ou seja, da questão de se realmente leva a uma nova organização e se esta última torna o grupo social mais capaz de resistir a influências desintegradoras; e que, finalmente, uma organização baseada numa cooperação consciente devido a uma meta comum é a mais compatível com o individualismo. A verificação dessas suposições e sua aplicação a problemas concretos de uma sociedade tal como a norte-americana constituiria um trabalho gratificante.

107.V.11 - 2. *O problema da eficiência.* – A relação entre a eficiência individual e a social. A dependência da eficiência em relação a diversas / **79** / atitudes individuais e a diversas formas de organização social.

108.V.12- A sociedade polonesa mostra na maioria das linhas de atividade um âmbito particularmente amplo de variação de eficiência individual com uma escala relativamente baixa de eficiência social. Chegamos à conclusão de que os dois fenômenos se devem à falta de um esquema de organização social suficientemente persistente e detalhado, que resulta da perda da independência do estado. Sob essas condições, a eficiência individual depende das atitudes individuais muito mais do que de condições sociais. Um indivíduo pode ser muito eficiente porque há pouca coisa para obstar sua atividade em qualquer linha que selecione, mas pode também ser muito ineficiente porque há pouca coisa que o impulse ou o ajude. O resultado social total das atividades individuais sob essas condições é relativamente pequeno, porque a eficiência social depende não somente da eficiência média dos indivíduos que constituem o grupo, mas

⁵ Os pontos dois e oito seguintes são mais diretamente associados aos materiais acerca das classes média e alta da sociedade polonesa, que não aparecem no presente trabalho.

também da organização mais ou menos perfeita dos esforços individuais. Aqui, mais uma vez, a aplicação dessas conclusões a outras sociedades pode abrir caminho para importantes descobertas nessa esfera particular ao mostrar qual é o modo de conciliar a mais alta eficiência individual com a mais alta eficiência social.

109.V.13 - 3. *O problema da anormalidade – crime, vagabundagem, prostituição, alcoolismo etc.* – O quanto a anormalidade é a manifestação inevitável de tendências inatas do indivíduo e o quanto se deve a condições sociais?

110.V.14 - Os padres na Polônia têm uma teoria com relação a seus paroquianos camponeses de que não há indivíduos incorrigíveis, dado que a influência exercida sobre eles é hábil e constante e põe em ação todos os fatores sociais – a solidariedade familiar, a opinião social da comunidade, a religião e a magia, os motivos econômicos e intelectuais etc. E em seu recente livro sobre *The Individual Delinquent*, o Dr. William Healy toca o problema sob o / **80** / mesmo aspecto da seguinte observação: “Frequentemente se indaga o que poderia ter sido realizado com este ou aquele indivíduo se tivesse recebido uma disciplina mais adequada durante sua infância.” Por meio de nossa investigação das atitudes anormais associadas às atitudes normais ao invés de as tratar isoladamente, e por meio do reconhecimento de que o indivíduo somente pode ser inteiramente compreendido e controlado se todas as influências de seu ambiente são levadas em consideração de modo apropriado, dificilmente poderíamos evitar a sugestão de que a anormalidade é principalmente, senão exclusivamente, uma questão de organização social deficiente. Dificilmente há qualquer atitude humana que, se apropriadamente controlada e dirigida, não poderia ser usada de uma maneira socialmente produtiva. Naturalmente, deve sempre permanecer uma diferença quantitativa de eficiência entre indivíduos, com frequência uma diferença muito grande, mas não podemos ver nenhuma razão para uma diferença qualitativa permanente entre ações socialmente normais e ações anti-sociais. E desse ponto de vista a questão do indivíduo anti-social não mais assume a forma do direito da sociedade à proteção, mas aquela do direito do indivíduo anti-social ser tornado útil.

111.V.15 - 4. *O problema ocupacional.* – A moderna divisão e organização do trabalho traz uma enorme e continuamente crescente predominância quantitativa de ocupações que são quase completamente esvaziadas de estimulação e portanto apresentam pouco interesse para o trabalhador. Esse fato, necessariamente, afeta a felicidade humana profundamente e, ainda que só por esta razão, a restauração da estimulação para o trabalho está entre os problemas mais importantes que confrontam a sociedade. A presente organização industrial tende também a desenvolver um tipo de ser humano tão anormal em seu rumo quanto o tipo oposto de indivíduo que recebe o pleno montante de estimulação ocupacional tomando uma linha de interesse destrutiva da ordem social – o criminoso ou vagabundo. Se este último tipo de / **81** / anormalidade é imediatamente perigoso para o presente estado da sociedade, o primeiro tipo é mais ameaçador para o futuro, por levar a uma degeneração gradual, porém, certa do tipo humano – quer consideremos essa degeneração como congênita ou adquirida.

112.V.16 - A análise desse problema revela causas muito profundas e gerais do mal, mas também o caminho de um eventual remédio. É um fato muito bem conhecido a ser ressaltado que a organização moderna do trabalho se baseia num predomínio quase absoluto de interesses econômicos – mais exatamente, sobre a tendência de produzir ou adquirir o maior montante possível de valores econômicos – ou porque esses interesses são efetivamente tão universais e predominantes ou porque se expressam na organização social mais facilmente do que outros – um ponto a ser investigado. O moralista queixa-se da materialização dos homens e espera que uma mudança da organização social seja ocasionada pela pregação moral ou religiosa; o determinista econômico considera a totalidade da organização social como condicionada fundamental e necessariamente por fatores econômicos e espera uma melhoria

exclusivamente a partir de uma possível modificação historicamente necessária da própria organização econômica. Do ponto de vista sociológico, o problema parece muito mais sério e objetivo do que o moralista o concebe, mas muito menos limitado e determinado do que aparece para o determinista econômico. Os interesses econômicos são somente uma classe de atitudes humanas entre outras e toda atitude pode ser modificada por uma adequada técnica social. O interesse na natureza do trabalho é frequentemente tão forte quanto, ou mais forte do que, o interesse nos resultados econômicos do trabalho e frequentemente encontra uma expressão objetiva a despeito do fato de que a organização social efetiva tem pouco lugar para ele. De fato, os protestos representados por William Morris significam que certa classe de trabalho visivelmente passou do estágio / 82 / no qual era estimulante para um estágio em que não o é – aquele em que os artesãos anteriormente expressavam um interesse no próprio trabalho mais do que nos retornos econômicos vindos do trabalho. Uma vez que toda atitude tende a influenciar as instituições sociais, podemos esperar que, com a ajuda da técnica social, uma organização e uma divisão do trabalho baseadas em interesses ocupacionais possam gradualmente substituir a presente organização baseada em exigências de produtividade econômica. Em outras palavras, com a apropriada mudança de atitudes e valores, todo trabalho pode se tornar trabalho artístico.

113.V.17 - 5. *A relação entre os sexos.* – Entre os muitos problemas que caem sob este rótulo, dois nos parecem de fundamental importância, o primeiro principalmente de psicologia social, o segundo principalmente sociológico: (1) na relação entre os sexos, como se pode obter um máximo de resposta recíproca com o mínimo de interferência com interesses pessoais? (2) como a eficiência social geral de um grupo é afetada pelos vários sistemas de relações entre homem e mulher?

114.V.18 - Não avançamos quanto a este ponto quaisquer teorias definidas. Certo número de pontos concretos interessantes aparecerão nos volumes posteriores de nossos materiais. Mas algumas poucas sugestões de caráter geral surgem associadas ao estudo de uma sociedade concreta. Em questões de resposta recíproca encontramos entre os camponeses poloneses os sexos igualmente dependentes entre si, embora suas exigências sejam de caráter muito limitado e não romântico, enquanto ao mesmo tempo esta resposta é assegurada ao custo de uma completa subordinação de suas personalidades a uma esfera comum de interesses do grupo. Quando o desenvolvimento de interesses pessoais começa, essa harmonia original é perturbada e a desarmonia é particularmente marcada entre os imigrantes nos Estados Unidos, onde frequentemente leva a uma completa e radical desorganização da vida familiar. Não parece haver até agora nenhuma solução real em vista. A esse respeito a situação dos camponeses poloneses pode lançar / 83 / uma interessante luz sobre a situação geral das classes cultas da sociedade moderna. A diferença entre essas duas situações está no fato de que entre os camponeses tanto o homem como a mulher começam quase simultaneamente a desenvolver reivindicações pessoais, enquanto que nas classes cultas as reivindicações pessoais do homem têm se desenvolvido e numa larga medida foram satisfeitas muito tempo atrás e no presente o problema está quase exclusivamente limitado à mulher. As situações são análogas, todavia, à medida que dizem respeito à dificuldade de solução.

115.V.19 - Com relação à eficiência social, nossos materiais poloneses tendem a mostrar que, sob condições em que as atividades da mulher podem atingir uma importância objetiva mais ou menos igual àquelas do homem, a maior eficiência social é obtida por meio de uma colaboração sistemática do homem com a mulher em campos externos mais do que por meio de uma divisão de tarefas que limita a mulher “ao lar e às crianças”. A linha ao longo da qual a classe camponesa da sociedade polonesa é particularmente eficiente é o desenvolvimento econômico e a cooperação; e precisamente nesta linha a colaboração das mulheres tem sido particularmente ampla e bem sucedida. Quanto ao que diz respeito à divisão do trabalho baseada em diferenças dos sexos, parece haver pelo menos um ponto no qual uma certa diferenciação de

tarefas estaria no presente de acordo com as exigências de eficiência social. A mulher mostra uma particular habilidade de mediação entre o formalismo, a uniformidade e a permanência da organização social e as individualidades concretas, diversas e mutáveis. E se essa habilidade da mulher é congênita ou produzida por condições culturais, poderia ser tornada certamente muito útil socialmente, pois é precisamente a habilidade requerida para diminuir as inúmeras e continuamente crescentes fricções que resultam da desadaptação das atitudes dos indivíduos à organização social e para evitar o incalculável desperdício de / **84** / energia humana que contrasta tão deploravelmente em nossa sociedade moderna com nosso uso crescentemente eficiente das energias naturais.

116.V.20 - 6. O problema da felicidade social.— Com relação a esse problema, dificilmente podemos fazer quaisquer sugestões positivas. É certo que tanto a relação entre os sexos como a situação econômica estão entre as condições fundamentais da felicidade humana, no sentido de construí-la e de arruiná-la. Mas o ponto surpreendente é que, ao lado da discussão filosófica abstrata e algumas análises psicológicas populares, o problema da felicidade nunca foi seriamente estudado desde a época do hedonismo grego e naturalmente as conclusões alcançadas pelos gregos, mesmo se fossem mais científicas do que realmente são, dificilmente poderiam ser aplicadas à época presente, com suas condições sociais completamente mudadas. Tem sido esse problema tão negligenciado por causa de sua dificuldade ou porque, sob a influência de certas tendências imanentes no cristianismo, a felicidade é ainda meio instintivamente considerada como mais ou menos pecaminosa e o sofrimento como meritório? Como quer que possa ser, o fato é que nada de real importância foi dito até o presente a respeito da felicidade, particularmente se compararmos com o enorme material que foi reunido e as inumeráveis importantes ideias que foram expressas concernentes à infelicidade. Cremos sobretudo que o problema merece uma consideração muito particular, tanto do ponto de vista teórico como do ponto de vista prático, e que o método sociológico esboçado acima proporciona o modo mais confiável de estudá-lo.

117.V.21 - 7. O problema da luta entre as raças (nacionalidades) e culturas.— Provavelmente a esse respeito nenhum estudo de qualquer outra sociedade poderá dar indicações sociológicas tão interessantes quanto o estudo dos poloneses. Circundados por povos de diversos graus de desenvolvimento cultural – alemães, austríacos, bohêmios, rutenos, russos, lituanos – tendo / **85** / sobre seu próprio território a mais elevada porcentagem da mais inassimilável das raças, os judeus, a Polônia está lutando a cada momento pela preservação de seu status racial e cultural. Além do mais, a luta assume as formas as mais variadas: auto-defesa contra medidas opressivas promulgadas pela Rússia e pela Alemanha no interesse de suas respectivas raças e culturas; auto-defesa contra a intrusão pacífica da cultura austríaca na Galícia; o problema da assimilação de colonos estrangeiros – alemães ou russos; a luta política contra os rutenos na Galícia Ocidental; a propaganda pacífica e os esforços para manter a supremacia da cultura polonesa sobre o vasto território entre os mares Báltico e Negro (povoado principalmente por lituanos, rutenos brancos e ucranianos), onde os poloneses constituem a minoria culta dos proprietários de terras e a burguesia intelectual; diversos métodos de tratar dos judeus – tolerância passiva, esforços para assimilá-los nacionalmente (não religiosamente), boicote social e econômico. Todos esses modos de luta desenvolvem a maior variedade possível de atitudes.

118.V.22 - E o próprio problema assume uma importância efetiva particular se lembrarmos que a presente guerra é uma luta entre raças e culturas, que assumiu a forma de guerra porque as raças e culturas têm se expressado na moderna organização do Estado. A luta entre raças e culturas é o fato predominante da vida histórica moderna e deve assumir a forma de guerra quando usa a presente forma de organização do Estado como seu meio. Para acabar com as guerras deve-se ou acabar com a luta entre raças e culturas por meio

da introdução de novos esquemas de atitudes e valores ou substituir o Estado nacional isolado como instrumento de expansão cultural por algum outro tipo de organização.

119.V.23 - 8. *O problema de uma organização ideal da cultura* está estreitamente associado ao problema anterior. Este é o mais amplo e / **86** / mais antigo problema sociológico, situando-se no limite entre a teoria e a prática. Há uma forma perfeita de organização que viesse a unificar o individualismo mais selvagem e a mais forte coesão social, que excluísse qualquer anormalidade fazendo uso de todas as tendências humanas, que harmonizasse a mais alta eficiência com a maior felicidade? E, se tal única e singular organização é possível, virá automaticamente, como resultado da luta entre culturas e como uma expressão da lei da sobrevivência do mais apto, de modo que finalmente “a história do mundo se mostrará o tribunal do mundo”? Ou deve tal organização ocorrer por meio de uma técnica social consciente e racional que modifique as condições históricas e que subordine todas as diferenças culturais a um sistema perfeito? Ou, ao contrário, tal ideal único não é possível? Talvez haja muitas formas de uma organização perfeita da sociedade e, a diferenciação das culturas nacionais sendo impossível de superar, cada nação deva simplesmente tentar conduzir seu próprio sistema à mais alta perfeição possível, aproveitando-se das experiências das outras, mas não as imitando. Nesse caso, se poderia cessar a luta de raças e culturas não pela destruição das diferenças históricas, mas pelo reconhecimento de seu valor para o mundo por meio de uma crescente familiaridade e estima recíprocas. Qualquer que possa ser a solução última desse problema, é evidente que o estudo sociológico sistemático das diversas culturas, tal como esboçado nesta nota e exemplificado em seus inícios no corpo principal deste trabalho, é o único meio de resolvê-lo.

William I. Thomas & Florian Znaniecki

The Polish Peasant in Europe and America: Monograph of an Immigrant Group

Plano dos Volumes:

VOLUME UM

(2.^a ed.: N. York: Knopf, 1927 / Dover 1958 / Octagon 1974)

PARTE I: A ORGANIZAÇÃO DO GRUPO PRIMÁRIO

[ed. or.: vol. I. 1918. 526 págs.]

NOTA METODOLÓGICA	(1 - 86)
I. I - INTRODUÇÃO [à Parte I]	(87 - 302)
I. A Família Camponesa	(87-106)
II. O Casamento	(106-128)
III. O Sistema de Classes na Sociedade Polonesa	(128-140)
IV. O Ambiente Social	(140-156)
V. A Vida Econômica	(156-205)
VI. Atitudes Religiosas e Mágicas	(205-288)
VII. Interesses Teóricos e Estéticos	(288-302)
I. II - A FORMA E A FUNÇÃO DA CARTA DOS CAMPONESES	(303-315)
I. Modelos de Cartas de Camponeses	(308-315)
I. III - A CORRESPONDÊNCIA ENTRE MEMBROS DE GRUPOS FAMILIARES	(316-813)
[28 séries de cartas]	
[ed. or.: Vol. II, 1918, 508 págs.]	
I. IV - CARTAS INDIVIDUAIS E FRAGMENTOS DE CARTAS QUE MOSTRAM A DISSOLUÇÃO DA SOLIDARIEDADE FAMILIAR	(814-821)
I. V. - CORRESPONDÊNCIA ENTRE MARIDOS E MULHERES	(822-958)
[11 séries de cartas]	
I. VI - RELAÇÕES PESSOAIS FORA DO CASAMENTO E DA FAMÍLIA	(959-1114)
[11 séries de cartas]	
ÍNDICE DAS SÉRIES DE CARTAS	(1115)

VOLUME DOIS[2.^a ed.: N. York: Knopf, 1927 / Dover 1958 / Octagon 1974)**PARTE II: A DESORGANIZAÇÃO E A REORGANIZAÇÃO NA POLÔNIA**

[ed. or.: Vol. IV, 1920, 337 págs.]

II. 0 - INTRODUÇÃO		(1117-1123)
II.I - A DESORGANIZAÇÃO SOCIAL		(1125-1300)
I. O Conceito de Desorganização Social	(1127-1133)	
II. A Desorganização da Família	(1134-1170)	
III. A Desorganização da Comunidade	(1171-1212)	
IV. A Luta pela Preservação do Antigo Sistema Social	(1213-1264)	
V. Atitudes Revolucionárias	(1265- 1300)	
[I] Revolucionismo de Classe	(1269-1280)	
[II] Revolucionismo Religioso	(1280-1300)	
II. II - A REORGANIZAÇÃO SOCIAL		(1301-1463)
I. O Conceito de Reorganização Social	(1303-1306)	
II. A Liderança	(1307-1334)	
III. A Educação	(1335-1366)	
IV. A Comunidade Mais Ampla e o Papel da Imprensa	(1367-1396)	
V. Instituições de Cooperação	(1397-1431)	
VI. O PAPEL DO CAMPONÊS NA VIDA NACIONAL	(1432-1463)	

PARTE III - ORGANIZAÇÃO E DESORGANIZAÇÃO NA AMÉRICA

[ed. or.: Vol. V, 1920, 345 págs.]

III.0 - INTRODUÇÃO		(1467-1479)
III.I - A ORGANIZAÇÃO DO IMIGRANTE		(1481-1644)
I. A Emigração da Polônia	(1483-1510)	
II. A Comunidade Polonesa-Americana	(1511-1574)	
III. A Organização Supra-Territorial da Sociedade Polonesa-Americana	(1575-1644)	

III.II - A DESORGANIZAÇÃO DO IMIGRANTE	(1645-1827)
I. A Desmoralização	(1647-1653)
II. A Dependência Econômica	(1655-1702)
III. O Rompimento da Relação Conjugal	(1703-1752)
IV. O Assassinato	(1753-1775)
V. A Vagabundagem e a Delinquência dos Rapazes	(1776-1779)
VI. A Imoralidade Sexual das Moças	(1800-1821)
[VII] Conclusão	(1822-1827)

PARTE IV - O REGISTRO DE VIDA DE UM IMIGRANTE

[ed. or.: Vol. III, 1919, 418 págs.]

IV. I. - INTRODUÇÃO	(1831-1914)
IV. II. - O REGISTRO DE VIDA	(1915-2226)
IV. III. - CONCLUSÃO	(2227-2244)
ÍNDICE [REMISSIVO DOS DOIS VOLUMES]	(2247-2250)

-/-
